

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Identities no feminino: narrativas de jovens mulheres afrodescendentes

Ana Sofia Mendes Nunes de Matos

Mestrado em Sociologia

Orientadora:

Doutora Sandra Mateus, Professora Auxiliar Convidada,
Iscte- Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

Identities no feminino: narrativas de jovens mulheres afrodescendentes

Ana Sofia Mendes Nunes de Matos

Mestrado em Sociologia

Orientadora:

Doutora Sandra Mateus, Professora Auxiliar Convidada,
Iscte- Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2021

Agradecimento

A concretização desta etapa, embora se tenha configurado, não raras vezes, como um percurso solitário, só foi possível completar devido a um conjunto único de pessoas, a quem devo os meus sinceros agradecimentos.

À minha orientadora, Sandra Mateus, por ter acompanhado esta incursão com toda a atenção e entusiasmo, orientando os caminhos a seguir e partilhando os seus conhecimentos e olhares analíticos, especialmente em alturas de maior incerteza.

Às jovens mulheres que participaram no estudo, pela generosidade com que partilharam as suas histórias e as suas vozes, dando vida a exercícios analíticos que, sem elas, seriam desprovidos de corpo e coração.

Às meninas, raparigas e mulheres com quem me cruzei e tanto aprendi no Projeto Escolhas VA do Vale da Amoreira (4^a e 5^a geração), por ampliarem o meu raio de visão e de consciência, incorporando verdadeiros exemplos de alegria e combatividade.

Aos meus amigos, pelo apoio e carinho, mesmo quando a distância se impôs.

À minha família, pelo amor e apoio incondicionais e, em especial, à minha mãe e à minha irmã. São elas o meu exemplo de mulheres corajosas, lutadoras e de uma generosidade ímpar.

Ao Jaime, por me acompanhar neste e em todos os caminhos da minha vida.

Resumo

As mulheres afrodescendentes fazem parte da primeira e mais volumosa das ‘segundas gerações de imigrantes’ constituídas em Portugal e, por conseguinte, das mais focadas pelas ciências sociais - a de descendentes de imigrantes de origem africana (Machado, 2008). Mas as especificidades das suas vivências e experiências enquanto mulheres ainda estão a conquistar o seu lugar próprio nas produções científicas. É por isso relevante transpor para os estudos sobre descendentes de imigrantes a ótica de género já adotada para as dinâmicas migratórias, a de *genderização* das migrações (Yamanaka & Piper, 2005). É através desta lente, que visa o afastamento de discursos de neutralidade e invisibilidade das mulheres, que se analisaram os processos de construção identitária de treze de jovens mulheres afrodescendentes. Mobilizando uma abordagem qualitativa, o presente estudo incidiu sobre os elementos constitutivos das suas identidades, observando as interligações entre ser jovem, ser mulher e ter origem migrante. Os resultados obtidos confirmaram a pluralidade e carácter inacabado das identidades, tornado salientes interligações de marcadores identitários e afastando discursos homogeneizadores sobre estas jovens mulheres.

Palavras chave: Identidades, Juventude, Género, Etnicidade, Afrodescendentes, Descendentes de imigrantes

Abstract

African descent women are part of the first and largest ‘second generation of immigrants’ in Portugal and, therefore, one of the most studied by social sciences – the children of immigrants of African origin (Machado, 2008). However, the specificities of their experiences as women are still earning its rightful place in scientific productions. Subsequently, we identify the importance of transporting the gendered lens already adopted for the migratory dynamics - the *genderization* of migrations (Yamanaka & Piper, 2005) - to the studies of children of immigrants. It is through this point of view, that intends to set aside speeches of neutrality and invisibility of women, that we set the goal to analyse the identity construction processes of thirteen young African descent women. Using a qualitative approach, this study focused on the constitutive elements of their identities, observing the connections between being young, being a woman and having a migrant background. The results obtained confirmed the plurality and unfinished character of identities, making evident the links between identity markers and pushing away homogenizing discourses about these young women.

Keywords: Identities, Youth, Gender, Ethnicity, African descent, Children of immigrants

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Introdução	1
CAPÍTULO 1	3
Revisão da Literatura	3
1.1. Descendentes de imigrantes – origem migrante e juventude	3
1.2. Processos de construção identitária	5
1.2.1. Identidades étnicas	8
1.2.2. Identidades de género	10
1.2.3. Estado da arte	12
CAPÍTULO 2	15
Metodologia	15
2.1 Caraterização social das entrevistadas	17
CAPÍTULO 3	19
Análise e discussão dos resultados	19
3.1 Transições identitárias: da juventude à <i>adulthood</i>	19
3.2 Identidades no feminino: o género enquanto elemento constitutivo da identidade	26
3.3 Mapas de geografias identitárias: identidades étnico-raciais e territoriais	31
Conclusão	39
Referências Bibliográficas	41
Anexos	45
Anexo A - Guião das entrevistas	45
Anexo B – Caraterização social do painel de entrevistadas	48

Introdução

Os fluxos migratórios, internos ou internacionais, assumem-se, em todo o mundo, como uma das principais forças de transformação social, capazes de acentuar ou desacelerar processos de ordem económica, jurídica, política e cultural de uma sociedade (Góis & Marques, 2018). Portugal não é exceção, constituindo-se, nas palavras de Machado (2002), como uma sociedade plural no que aos fluxos migratórios diz respeito. Esta pluralidade decorre dos movimentos de saída do país, mas também de entrada, caracterizando-se a imigração pela crescente diversidade de fluxos e protagonistas. Se, a partir dos anos 80 do século XX, os registos de entrada demonstram um aumento significativo da população de origem migrante residente em Portugal, em especial proveniente do continente africano (Peixoto, 2007), até à presente data os registos traduzem diversas flutuações, quer em termos volume, quer da origem dos cidadãos. Dados de 2019 revelam o registo de 590.348 cidadãos estrangeiros titulares de autorização de residência em Portugal, nacionais de 188 países, valor este que se assume como o mais elevado desde a criação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em 1976 (SEF/GEFP, 2020).

Não obstante a relevância de observar esta evolução, importa refletir sobre a perceção de homogeneidade da população de origem migrante que frequentemente é veiculada quando nos referimos às pessoas que concretizam o seu projeto migratório. As especificidades das realidades migratórias, face à multiplicidade de pontos de partida, experiências, vivências e pertenças identitárias, promovem o afastamento de discursos simplistas e abstratos sobre as migrações e determinam o seu entendimento como um fenómeno diverso com matizes específicas, entre os quais o género se posiciona como basilar (Neves & Miranda, 2011).

Debruçando-se sobre movimentos migratórios, Peralva (2007) refere que os fluxos de população feminina se tornaram, nos últimos anos, equivalentes, se não superiores, aos fluxos masculinos (Peralva, 2007). Este fenómeno, para além de poder indiciar uma autonomização da migração feminina – e não a reduzir unicamente às lógicas subjacentes do reagrupamento familiar – também aponta para aquela que é intitulada por Castles e Miller (2003) como a crescente feminização das migrações. Este conceito enfatiza o aumento gradual da visibilidade das mulheres nas deslocações internacionais, a par com as alterações qualitativas das motivações, meios e formas da migração feminina, assim como as especificidades das suas vivências e o seu potencial para o desenvolvimento dos países de origem e de acolhimento (Borges, 2010).

Neste âmbito, sobressai uma multiplicidade de experiências e vivências que fundamentam a mobilização de uma ótica de género das dinâmicas migratórias, consubstanciada na *genderização* das migrações (Yamanaka & Piper, 2005). Esta perspetiva tem impelido uma mudança de paradigma nos estudos realizados, marcando a transição de um discurso de neutralidade e invisibilidade das mulheres nos estudos sobre migrações, para um reconhecimento que a compreensão das dinâmicas migratórias

implica a consideração das especificidades dos grupos que as protagonizam (Neves & Miranda, 2011; Neves et al., 2016). Neste sentido, a inclusão de género como categoria mediadora nos estudos migratórios concede informações sobre as causas, consequências e processos de imigração internacional, fazendo emergir diferenças ao nível da vivência do processo migratório para homens e para mulheres (Kosminsky, 2004).

Atendendo à relevância da perspectiva de género nas investigações sobre migrações, surge a indagação sobre a pertinência de olhar para os filhos e as filhas dos imigrantes sob a mesma lente. Apoiando-nos na visão de Portes, Haller e Fernández-Kelly (2008), podemos entender que os efeitos da imigração de longo prazo na sociedade decorrem, não tanto dos imigrantes, mas dos seus filhos. Os imigrantes, segundo os autores, constituem um grupo flutuante, podendo a sua permanência num território ser volátil, ao contrário dos seus filhos que, nascidos e criados no país de acolhimento, estão nesse país para ficar. Em Portugal, a primeira geração de descendentes de imigrantes foi constituída por jovens de origem africana (Machado, 2008) decorrente dos fluxos migratórios provenientes de África, sendo presentemente possível atender à formação de novas ‘segundas gerações’, fruto da sedentarização de diversas comunidades imigrantes na sociedade portuguesa (Gaspar, 2018).

Pensar nos filhos e filhas de imigrantes significa pensar em jovens homens e mulheres que constroem as suas identidades em espaços de diversidade cultural nos quais a multiplicidade de pertenças pode conduzir a situações ambíguas, quando existe confronto entre as suas pertenças e aquelas que lhes são atribuídas por outros, influenciadas por estereótipos dominantes (Ortiz, 2013). Neste sentido, ao invés de se considerarem os descendentes de imigrantes um grupo homogéneo, reconhece-se a relevância de observar as variações das suas vivências sob a perspectiva de género, mais especificamente, focando as vivências de jovens mulheres afrodescendentes.

Partindo dos pressupostos enunciados, a formulação do tema do estudo que se espelha nesta tese foi ancorada na questão: *quais os elementos constitutivos das identidades de jovens mulheres afrodescendentes e em que contextos são mais ou menos salientes?* A coincidência temporal com a Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024), proclamada pela Organização das Nações Unidas, reforça a importância deste olhar analítico, focado naquela que é a construção dos processos identitários de mulheres de ascendência africana, considerando a interligação género, juventude e origem migrante.

O estudo realizado, norteado pela questão de partida enunciada, integrou diversas etapas, espelhadas na presente tese. O primeiro capítulo integra o enquadramento teórico e conceptual, que mobiliza referenciais teóricos relativos a descendentes de imigrantes, juventude e processos de construção identitária, com enfoque nas identidades de género e étnica. Esta componente torna-se basilar nesta que se assume como uma investigação empírica teoricamente fundamentada (Costa, 2008), apoiando a componente empírica, iniciada no segundo capítulo, com a definição da metodologia mobilizada. A etapa final, retratada no terceiro e último capítulo, diz respeito à apresentação dos resultados obtidos, com recurso a uma abordagem qualitativa.

CAPÍTULO 1

Revisão da Literatura

1.1. Descendentes de imigrantes – origem migrante e juventude

O estudo que se desenha, tal como outros que incidam sobre os filhos e as filhas de imigrantes, requer a clarificação do conceito que se visa mobilizar, atendendo à diversidade de designações existentes. O mapeamento destas designações e subdesignações do tipo geracional utilizados no estudo dos descendentes de imigrantes é efetuado por Mateus (2014). A resenha realizada pela autora, que sublinha que a utilização de qualquer uma das denominações não pode ser feita de forma acrítica, engloba definições desde a ‘primeira geração’, identificada como os indivíduos nascidos fora e chegados ao país de acolhimento na transição para a idade adulta ou integração no mercado de trabalho, até à ‘terceira geração’ e subseqüentes, que integram os nascidos no país de acolhimento, filhos de progenitores nascidos também nesse país e que são descendentes de imigrantes. A ‘segunda geração’ constitui-se como a mais genérica e inclui, frequentemente, os nascidos no país de acolhimento com, pelo menos, um progenitor estrangeiro.

O recurso à designação ‘segunda’, é também verificável em qualificações alternativas, tais como ‘imigrantes de segunda geração’, ‘segunda geração de imigrantes’ ou apenas ‘segunda geração’ (De Rudder, 1998; Machado & Matias, 2006). Todavia, estas qualificações são sociologicamente criticadas, na medida em que categorizam os filhos de imigrantes como uma réplica geracional dos pais ou uma segunda edição do mesmo fenómeno social (Machado & Matias, 2006), sugerindo uma continuidade genealógica, mas também de *status* social. Esta noção é reforçada por De Rudder (1998), que refere que “os filhos de migrantes têm, pelo menos uma vez, sido destinados a assumir o *status* dos seus pais: o de ‘imigrante’” (p. 5). Estas e outras categorizações que perpetuam a ideia de exterioridade por continuidade genealógica (Mateus, 2013), constituem-se como exemplos de atribuições apriorísticas que importa considerar na referência a estes e estas jovens.

Neste sentido, para a presente investigação, identifica-se a designação de jovens descendentes de imigrantes para caracterizar os filhos e filhas de progenitor(es) de nacionalidade estrangeira, que tenham nascido ou ido viver para o país de acolhimento do(s) pai(s). Esta opção procura garantir a conciliação de dois elementos que Mateus (2014) elenca serem centrais em qualquer investigação sociológica sobre este grupo social, nomeadamente, o ‘migrante’, numa perspetiva de eventual continuidade com uma herança de singularidade cultural, e o ‘jovem’, em continuidade com os pares.

A perspetivação dos jovens descendentes de imigrantes sob este ângulo acomoda o entendimento que estes jovens têm experiências sociais e expectativas diferentes das dos seus pais, em virtude da frequência escolar, sociabilidades infantis e juvenis, consumos materiais e culturais, não se pensando objetivamente como imigrantes. Não obstante, conciliam estas vivências com a socialização primária

familiar assim como outros contextos de interação intraétnica, que promovem a manutenção com as ligações culturais à família, naquela que é a versão transformada da intitulada cultura de origem, consequência da adaptação progressiva ao contexto migratório (Machado & Matias, 2006).

Mas a diversidade de experiências não é exclusiva de jovens descendentes de imigrantes. Machado Pais (1990) salienta como a juventude, podendo ser analisada a partir de um entendimento de unicidade - se a observarmos como uma fase da vida, principalmente definida em termos etários, embora com fronteiras flutuantes -, necessita também de ser pensada pela sua diversidade. Esta perspetiva atende aos diferentes atributos sociais que distinguem os jovens entre si e que condicionam a prevalência de formas de vivência da *cultura juvenil*¹, de acordo com os meios e trajetórias de classe em que os jovens se inscrevem.

A referida multiplicidade de vivências conduz ao entendimento da juventude pela sua pluralidade (Machado, 2008), constituindo a transição para a vida adulta um dos focos de análise. Num sentido lato, esta transição incide sobre o fim do percurso escolar, ingresso no mercado de trabalho, saída da casa dos pais, experiência de conjugalidade e iniciação na parentalidade, transições estas que não são lineares, mas antes reversíveis e dinâmicas. Nico (2011), referindo-se à transição para a *adulthood*, aborda estes eventos transicionais, evidenciando a sua sobreposição e o facto de serem cada vez menos sequenciais, contemplando ainda eventos não padronizados (*turning points*), tais como pausas na carreira. Pais (1993) reforça a não linearidade dos eventos, em especial no que se refere à entrada no mercado de trabalho, que é frequentemente marcada pela precariedade, conduzindo à circulação por vários sistemas, entrando e saindo do mercado laboral e do sistema de ensino. Estas transições traduzem-se assim numa multiplicidade de trajetórias, traço da modernidade (Guerreiro, Abrantes & Pereira, 2007), que refletem a origem social, classe social ou género (Mateus, 2014), apresentando configurações distintas em momentos como a saída de casa, nas condições em que constituem a sua unidade doméstica autónoma ou nas oportunidades de inserção na vida ativa (Guerreiro & Abrantes, 2005).

A análise da transição para a vida ativa por parte de jovens descendentes de imigrantes é, de alguma forma, abordada na teoria da assimilação segmentada (Portes, Haller & Fernández-Kelly, 2008) que enuncia um conjunto de fatores que, na sua articulação, conduzem a percursos de mobilidade ascendente, descendente, ou ainda de estagnação para os filhos e filhas de imigrantes. Fatores como o capital humano que os imigrantes possuem, o contexto social no qual são recebidos ou a composição familiar, interagem entre si e com as barreiras que os filhos de imigrantes poderão enfrentar, tais como, o racismo, mercados de trabalho bifurcados ou existência de estilos de vida alternativos, determinando o futuro da segunda geração. Esta teoria mobiliza essencialmente a origem migrante como principal elemento na análise dos modelos de adaptação dos descendentes de imigrantes, deixando de fora a

¹ O conceito proposto de *cultura juvenil* é descrito por Pais (1990) como “o sistema de valores socialmente dominantes atribuídos à juventude” (p. 163)

diferença de vivências de acordo com o género ou o facto de se constituírem como jovens, numa perspetiva de articulação juventude/origem migrante.

Pelo potencial de diversidade e amplitude de experiências e vivências, considera-se a articulação destes conceitos – jovem/descendente de imigrante/mulher – como necessários para aceder à singularidade dos percursos e, principalmente às representações identitárias de jovens mulheres afrodescendentes.

1.2. Processos de construção identitária

O conceito de identidade tem vindo a marcar presença, quer nos discursos mediáticos, quer no seio das ciências sociais, ao longo das últimas décadas, apresentando contornos distintos de acordo com o contexto em que é enunciada. Se no discurso público, em especial quando associado a processos de ação coletiva, apresenta um carácter redutor e polarizado (Costa, 2002), já na esfera das ciências sociais caracteriza-se por ocupar um lugar de influência na sua produção teórica (Silva, 1996), embora pautado por uma diversidade de posicionamentos analíticos.

Westin (2010) assinala a publicação de Erikson *Childhood and Society* de 1950 como o momento-chave em que o conceito de identidade ganha nova projeção. A partir da década de 50, e nos 30 anos subsequentes, é a psicologia e psicologia social que protagonizam os principais desenvolvimentos teóricos, sendo após a década de 80 do século XX, que disciplinas como a sociologia ou a antropologia começam a oferecer contributos mais significativos, com maior enfoque no conceito de identidades coletivas. Aqui, de acordo com o autor, ganham destaque o género, sexualidade, incapacidade, etnia, ‘raça’, ‘cultura’ ou religião como elementos constitutivos de identidades coletivas, mobilizados pelos objetivos de grupos sociais marcados por opressão e invisibilidade (Westin, 2010).

No percurso efetuado até à atualidade, foram várias as incursões analíticas que tomaram a identidade como objeto, sem adotar, contudo, a mesma orientação, envolvendo o conceito de identidade em críticas várias e distinguindo-se pela ausência de um corpo teórico unificado (Hall, 1996; Westin, 2010). Identificam-se, neste âmbito, propostas analíticas que se posicionam num espetro epistemológico abrangente, desde uma conceção essencialista da identidade, até um entendimento determinístico das identificações coletivas. Num extremo do espetro, observam-se as abordagens mais essencialistas, decorrentes de uma psicologização dos processos e protagonistas sociais, que assentam na premissa de uma identidade básica que torna o indivíduo naquilo que ele é, independentemente do seu percurso vivencial, pensando o *self* como uma realidade permanente e autónoma, que se desdobra ao longo da vida sem se alterar, independentemente das mudanças da história.

Silva (1996) complementa o quadro de abordagens que se caracterizam por uma maior rigidez ideológica dos seus conteúdos, denunciando as visões que consideram os traços das identidades como estáticos, aquelas que as entendem como primordiais, ou seja, consideram que esses traços foram formados “num qualquer momento genésico de uma comunidade, nação, local, religião, etnia,

adquirindo então uma configuração cristalizada que nada nem ninguém deveria alterar, e por relação à qual se deveriam analisar as condutas e as formas de organização subsequentes” (Silva, 1996, p. 32); até ao particularismo, que entende as identidades coletivas como incomunicantes e fechadas à alteridade.

Estas abordagens são veementemente criticadas por diversos autores (Costa, 2002; Dubar, 1998; Hall, 1996; Pereira, 2002; Pinto, 1991), pela visão cristalizada que oferecem de identidades singulares, integradas, harmoniosas e não problemáticas (Calhoun, 1994).

Independentemente da posição epistemológica de partida, entende-se a relevância do tema da identidade na produção teórica das ciências sociais, na medida em que ocupa um lugar incontornável em qualquer investigação social interpretativa que parta do princípio da reflexividade da ação humana, em consonância com o projeto da modernidade (Silva, 1996).

Neste sentido, e perante o convite à crescente consciencialização que a reflexividade transporta, verifica-se a importância de particularizar os contextos em que a identidade emerge. Fernandes (2008) recorre à oposição proposta por Weber, entre *comunidades/comunização* e *sociedades/societização*, para ilustrar a transição de contextos de culturas relativamente integradas e de uma forte memória coletiva – *comunidades / comunização* - para contextos sociais múltiplos e variáveis, revestidos, por vezes, de caráter transitório e efêmero – *sociedades/societização* -, diferenciando assim os contextos para a produção das identidades. Esta distinção ilustra a transição entre a fixação de formas de agir, sentir e pensar exteriores aos indivíduos que se impõem pelo seu poder de coerção, para contextos de multiplicidade e mutabilidade de pertenças aos meios, nos quais decorre a existência dos indivíduos (Durkheim, 1981 como citado em Fernandes, 2008). Sobressai assim o caráter posicional, relacional, dinâmico, fluído, inacabado e imponderável das identidades na modernidade (Ennes & Marcon, 2014; Hall, 1996; Pinto, 1991), que podem ser entendidas como “constructos sociais plurais, elaborados em concretos contextos de vivência e de relacionamento social” (Fernandes, 2008, p. 207), que se constituem por ação simbólica e classificatória de agentes sociais (Costa, 2008).

Se a pluralidade se assume como básica à condição humana, como observou Hannah Arendt (1958 como citado em Calhoun, 1994), as identidades espelham essa pluralidade, multiplicando-se através de diferentes discursos, práticas e posições, sendo produzidas em locais históricos e institucionais específicos, ou mobilizando recursos da história, língua e cultura para construir um entendimento de como somos e podemos ser representados (Hall, 1996). O entendimento da própria identidade pressupõe uma consciência reflexiva, na medida em que cada homem e cada mulher compreende reflexivamente o *self* em termos da sua biografia, mantendo uma narrativa particular, na qual integra eventos que ocorram no mundo exterior (Giddens, 1991). Este percurso afasta a ideia da identidade como um produto acabado, mas antes como uma produção, sendo o caráter incompleto da identidade que nos informa do seu caráter processual (Hall, 1990).

Os processos de construção das identidades, decorrendo numa perspetiva relacional ao longo de eixos de tempo e espaço, implicam a interligação de dois processos (Silva, 1996). Por um lado, o processo de identificação, que diz respeito ao modo como os atores sociais se integram em conjuntos

mais alargados, quer de referência ou de pertença; e por outro, o processo de identização, referente ao processo através do qual os agentes se vão diferenciando e autonomizando socialmente, definindo distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas em relação a outros (Pinto, 1991).

A alteridade torna-se assim inalienável ao conceito de identidade, constituindo-se a diferença e pertença comum, elementos paradoxais deste fenómeno (Dubar, 2000 como citado em Fernandes, 2008). A influência da ação recíproca na constituição subjetiva de si e do outro, já havia sido enunciada por George Mead, na sua coleção de palestras *Mind, Self and Society*, publicada em 1934 e considerada como precursora nesta matéria (Westin, 2010). A dualidade enunciada realça a dimensão relacional e política das identidades, na medida em que a alteridade e pertença são produzidos por meio de relações de poder, e que as escolhas e senso de identificação se encontram ligadas ao modo como nos pensamos no mundo, a partir do contexto e das relações sociais. Sob esta lente, verifica-se que a análise das identidades se interliga com os processos de posicionamento social, caracterizados pela produção de diferença e sentimento de pertença, quer de indivíduos, quer de grupos sociais (Ennes & Marcon, 2014).

Mas a construção da identidade não se constitui como linear, em especial nas sociedades complexas modernas. Antes, é feita através da interligação e sobreposição de diferentes esferas da vida social – classe social, grupo étnico, grupo de *status*, família, religião, etc., - que se interligam, misturam e, por vezes, conflituam, caracterizando-se as suas fronteiras pela sua fluidez (Velho, 1987). Estas fronteiras são socialmente construídas e ressignificadas em função das mudanças dos contextos sociais e históricos, funcionando como elementos demarcadores do ‘*eu/nós*’, e do ‘*nós/outros*’ (Ennes & Marcon, 2014). Assim, as identidades são construídas por intermédio de “trajetos sociais incorporados nos agentes, da posição ocupada por estes na estrutura social (na medida em que ela determina e configura contextos de sociabilidade e de socialização duráveis) e dos projetos que, em função das coordenadas estruturais (...), são socialmente formuláveis em cada momento” (Pinto, 1991, p. 220).

Importa, neste entendimento da construção de processos identitários, atender àqueles que são descritos por Claude Dubar (1998) como dois universos de sentido vinculados ao conceito de identidade, ou seja, a identidade pessoal e a identidade social. A primeira diz respeito ao modo como o indivíduo descreve a sua trajetória, (re)construindo subjetivamente a definição de si, sendo captada a partir de produções de linguagem e, a segunda, à forma como o indivíduo considera ser descrito por outros, num dado espaço social, através da mobilização de categorias.

Os sentidos atribuídos ou que o indivíduo considera lhe serem atribuíveis, contemplam o conjunto de identidades que, coexistindo, se destacam em diferentes contextos. Em cenários de interações concretas e relações sociais, as identidades são constantemente renegociadas, os indivíduos apresentam uma identidade mais saliente que outra, e alcançam uma noção pessoal de continuidade e equilíbrio entre os seus vários tipos de identidade (Calhoun, 1994). As identidades culturais, étnicas ou de género, constituem-se como exemplos de tipos de identidades acionadas em diferentes contextos, por meio de pertença comum ou diferença. A *différance*, enunciada por Derrida (1972), sugere-nos esta possibilidade de reinscrever, ampliar e reinterpretar o significado em contextos diferentes (Rattansi, 1994).

A imbricação entre a formação das identidades e a história social dos grupos também se assume como um ponto de referência, não só para o entendimento na formação das identidades, mas também dos processos de mudança e transformação social. De acordo com Silva (1996), as identidades formam-se em ciclos temporais de duração considerável, durante os quais a componente do específico e singular é de maior importância, sendo que a história, pela sua variabilidade e singularidade espaciotemporal, permite o descolamento de entendimentos apriorísticos de destinos ou interesses universais. De igual forma, a elaboração e consolidação das identidades é realizada através de processos de reprodução dinâmica e adaptativa, e de transmissão intergeracional e de grupos sociais. Entendendo as tradições como elemento de continuidade da identidade social, importa pensá-las como realidades em movimento, que se configuram como “pontos de encontro entre a presença contemporânea da história, das macroestruturas de longa duração que permeiam o tempo presente da vida quotidiana e do acontecimento, e a criação contemporânea da história (...) As tradições não influenciam apenas como factores de produção social: constituem também instrumentos de percepção e compreensão das mudanças – e a formação de comunidades intergrupais interpretadas” (Silva, 1996, pp. 34-35).

Para efeitos da investigação que se propõe, mobiliza-se um entendimento das identidades como construções, que se alimentam tanto das diferenças e exclusões que os indivíduos assinalam, quanto das pertenças que reconhecem, sejam elas de género, étnicas, culturais, ou de outra natureza. Este processo, informado pelo lugar ocupado pelos indivíduos na estrutura social, traduz relações de poder, sendo que determinados elementos das identidades, múltiplas e mutáveis, são acionados de acordo com os contextos em que os indivíduos se movem, e constantemente renegociadas nas interações e relações sociais que estabelecem.

1.2.1. Identidades étnicas

Atender ao conceito de identidades étnicas, implica aceder àquele que é o conceito que lhe deu origem. *Ethnos*, que concede o seu radical ao conceito de etnicidade, constitui-se como a palavra grega que se refere ao povo ou nação, posicionando-se como um conceito abrangente que denota a qualidade específica que caracteriza o entendimento de pessoas como um coletivo, remetendo para identidades, categorias, grupos, coletivos e relações (Westin, 2010).

A noção de etnicidade ocupa assim um lugar importante ao longo da história da humanidade, pelo seu potencial de atribuição de significado e reconhecimento, constituindo-se como uma das estruturas primárias de distinção social, mas também de discriminação (Castells, 2003). Transporta consigo uma construção simbólica, sendo descrita como um *imaginário social* ou uma *comunidade imaginada* por autores como Castoriadis e Anderson respetivamente (Rattansi, 1994), na medida em que se refere a uma coletividade ligada por diferentes formas de literacia e narração visuais que se localizam no tempo e espaço, na história, memória e território. A representação constitui-se como central nesta conceptualização pós-moderna de etnicidade, como proposta por Rattansi (1994), referindo-se a quem tem autoridade e responsabilidade para falar por outros, mas também pela relevância atribuída à

construção e recriação das identidades étnicas, com recurso a produção de imagens e narrativas de natureza diversa, desde a imprensa escrita, até ao cinema ou fotografia.

Frequentemente associado à temática da etnicidade, identifica-se o conceito de raça, não pelo seu entendimento como uma verdade biológica, mas pelas consequências e dinâmicas de lógicas raciais ou esquemas de referência racializados, a par com o conceito de cultura (Donald & Rattansi, 1992). Estes assumem-se como elementos constitutivos dos discursos sobre identidades étnicas, com cruzamentos e intersecções de natureza variada, de acordo com o ponto de partida epistemológico. Neste âmbito, observam-se, por um lado, discursos multiculturalistas caracterizados por variadas formas de essencialismo ou reducionismo cultural e étnico, que reduzem as formações culturais étnicas a festivais de *chamuças* e *saris* (Rattansi, 1992). Por outro lado, identificam-se esforços de entendimento de um conceito de cultura, que se liberta de limitações a crenças religiosas, rituais comunitários ou tradições partilhadas, propondo um entendimento de como estes fenómenos são produzidos através de sistemas de significados, estruturas de poder e instituições nas quais são implantados. Neste sentido, sobressai uma perspetivação da cultura não como expressando a identidade de uma comunidade, mas antes referindo-se aos processos, categorias e conhecimentos através das quais as comunidades se definem, ou seja, como são específicas e diferenciadas. Esta forma de repensar a cultura, afasta o entendimento de uma identidade normativa e de tradição, quer se refiram a uma nação, religião ou etnicidade, enfatizando a contingência de qualquer autoridade cultural instituída e pensando a ‘raça’ e identidade como categorias sociais e políticas contestáveis (Donald & Rattansi, 1992).

Esta proposta aloca ao conceito de etnicidade o reconhecimento do lugar da história, língua e cultura na construção da subjetividade e identidade, reconhecendo que os discursos são localmente posicionados e que todo o conhecimento é contextual (Hall, 1992). São os processos de fluxo, transformação e deslocação contextual, a par com a sobreposição e cruzamento completo de fronteiras que caracterizam a formação de identidades étnicas e racializadas (Rattansi, 1992). Westin (2010) acrescenta ainda que, enquanto identidade social e coletiva, a etnicidade transporta um significado emocional e cognitivo para o indivíduo, atribuída pelo próprio e por outros. Envolve um sentimento de pertença, dizendo respeito, embora não exclusivamente, a um povo com uma língua, tradições ou mesmo território comuns. Neste âmbito, associa-se a formação de diásporas e identidades de diáspora subjacentes, resultantes de formas contemporâneas de globalização.

Machado (2002) sublinha a processualidade da etnicidade associada à imigração, na medida que pertencer a determinada minoria étnica pode (ou não) se assumir como relevante, social, cultural ou politicamente, e que a saliência da identidade étnica se encontra dependente, não só das características sociais e culturais dessa categoria, mas também das modalidades de inserção “dos seus membros na sociedade envolvente e das relações que estabelecem com a restante população” (p.3).

No estudo que o autor realizou sobre imigrantes guineenses em Portugal, que integrou a migração, etnicidade e integração como parâmetros, Machado (2002) propõe uma definição de etnicidade que inclui dois eixos, um social e outro cultural, desdobrando-se cada um em três dimensões respetivamente.

O eixo social inclui a composição de classe, composição sociodemográfica e localização residencial; no eixo cultural são identificados a orientação das sociabilidades, a religião e a língua. O autor providencia uma matriz de análise alargada, em que diferentes combinações resultam em situações de contraste ou continuidade com a população maioritária. Assim, em situações de convergência de todos os contrastes – língua e religião diferentes, sociabilidades maioritariamente intraétnicas, e contrastes de classe, localização residencial e em termos sociodemográficos – o autor mobiliza a designação de *etnicidade forte*, de potencial disruptivo. No espectro oposto, na observação de convergência de continuidades, perspetiva-se o esvaziamento de significado da etnicidade, a nível social, cultural e político. Segundo o autor, é através dos níveis de contraste e de continuidade que se joga a integração das minorias migrantes.

Pires (2003) contribui também para a conceptualização de etnicidade ligada à imigração, referindo-se à mesma como

“o conjunto de processos de construção de uma identidade colectiva no confronto dos imigrantes com as reações à sua presença na sociedade de chegada, identidade essa baseada num sentido de pertença a uma coletividade com uma ascendência comum, precedendo, tendencialmente, outras auto e hétero categorizações sociais” (p. 5).

O conceito de transnacionalismo posiciona-se também como central no entendimento de construções identitárias em projetos migratórios, na medida em que aborda a forma como as pessoas vivem em contextos diversos de significado, que não são circunscritos a um território, e nos quais as experiências se acumulam de forma a constituir os reportórios culturais de cada um. Por sua vez, estes reportórios influenciam a construção da identidade ou múltiplas identidades, através da acumulação de diferentes fatores que condicionam a constituição das identidades e que derivam de cada um dos territórios com os quais existe uma ligação (Vertovec, 2001).

Salienta-se que a perspetiva apresentada de identidades étnicas, pensadas como identidades sociais e coletivas e apresentadas pelo seu pluralismo, visa um distanciamento de perspetivas essencialistas que buscam *aquela identidade*, fixa e subjacente a um grupo que sobressai relativamente às restantes e que categoriza os indivíduos como pertencentes a grupos unitários e internamente homogêneos. Antes, atende ao sentimento de pertença construído ao redor de elementos partilhados por um coletivo, tais como práticas culturais ou tradições, que não se entendem como cristalizados, mas como (re)significadas pelas vivências dos indivíduos.

1.2.2. Identidades de género

O género, enquanto um dos princípios organizacionais centrais à volta dos quais a vida social gira, é descrito por Kimmel (2000) como fulcral no entendimento das fundações da identidade de um indivíduo, a par com a classe e a etnia. Distinto do sexo, que se refere ao masculino e feminino, o género concerne à masculinidade e feminilidade e ao significado de ser homem ou ser mulher. Reporta assim à estrutura de relações sociais, centradas na arena reprodutiva, a par com o conjunto de práticas governadas por

essa estrutura, que transporta para os processos sociais as distinções reprodutivas entre os corpos (Connell, 2005).

A mutabilidade assume-se também um princípio inerente ao género. Se os sexos apresentam uma menor variação, o género varia enormemente, sendo possível observar oscilações nos padrões de género em contextos culturais e históricos distintos. Todavia, um aspeto que se assume como transversal diz respeito à sua correlação com hierarquia, poder e desigualdades entre homens e mulheres. Neste sentido, a reprodução social dos arranjos de género é condicionada pelas estruturas de poder, restringindo a ação social dos indivíduos, sendo igualmente cruzada por divisões étnicas, de classe, nacionais, entre outras (Connell, 2005; Kimmel, 2000; Rattansi, 1994). Estes cruzamentos de classe e etnia, mas também idade, sexualidade ou região informam, moldam e modificam as definições de género, mais especificamente, das identidades de género.

Descrever as identidades de género como socialmente construídas significa perspetivar as identidades de cada um como um conjunto fluído de significados e comportamentos construídos a partir de valores, imagens, e prescrições encontrados no mundo ao seu redor (Kimmel, 2000). Ser homem ou ser mulher, ou antes, as definições de masculinidades ou feminilidades, variam entre culturas, de acordo com a etnicidade, educação, classe ou país, ao longo da história, mas também ao longo da vida das pessoas. Neste sentido, ser-se uma mulher idosa, branca, em meio rural é uma experiência distinta de ser-se uma mulher jovem, negra, em meio urbano. E as diferenças, para além de expressas nos elementos constitutivos das suas identidades, podem traduzir também intersecções que potenciam o efeito do poder e, por conseguinte, das discriminações.

Crenshaw (1991) mobiliza o termo interseccionalidade, não só no sentido de enquadrar as várias interações de raça e género no contexto de violência contra mulheres negras, mas também como termo mediador da tensão entre múltiplas identidades e necessidades contínuas de grupos políticos. Esta proposta, que atende à construção social de diversas categorias, tais como mulher ou negra, reconhece que o poder se aglomera em determinadas categorias e é exercida contra outras. A título de exemplo, nomear uma pessoa de *negra*, ou seja, identificá-la como tal, pode transportar uma conotação negativa. Mas alguém autoidentificar-se e afirmar “Eu sou negro/a” pode constituir uma forma de resistência, assim como um discurso positivo de autoidentificação.

O termo interseccionalidade, antes de ser utilizado por Crenshaw em 1989, havia sido mobilizado em trabalhos feministas, nos quais as mulheres eram simultaneamente posicionadas como objetos coloniais, negras ou lésbicas (Phoenix & Pattynama, 2006). Nos Estados Unidos da América, constituiu-se como um conceito que desafiava a dominação das mulheres brancas de classe média nos movimentos das mulheres, e dos homens negros nos movimentos antirracistas (Christensen & Jensen, 2012).

A mobilização deste conceito correlaciona-se com a transição de uma abordagem de investigação tradicional que tratava o género, classe e raça como variáveis independentes e identidades separadas, para um paradigma que entende que o género, classe e raça como dimensões interligadas da estrutura social (Yang, 2000). Neste sentido, a abordagem interseccional assenta no princípio de que diferentes

categorias sociais se constituem mutuamente como formas gerais de diferenciação social ou sistemas de opressão, criando identidades complexas, onde diferentes identificações são mutuamente constitutivas (Christensen & Jensen, 2012). Procurando revelar múltiplas identidades, visa também expor as desvantagens e discriminações resultantes da combinação de identidades, situando-as nos contextos políticos, sociais e históricos e reconhecendo que as experiências individuais resultam da combinação de diferentes tipos de identidade (Symington, 2004). Collins (2000) mobiliza o conceito de *matriz de dominação* no sentido de caracterizar como as opressões são organizadas, e como diferentes domínios de poder – estrutural, disciplinar, hegemónico e interpessoal – reaparecem em diferentes formas de opressão, independentemente das intersecções particulares que envolvem.

A interligação do conceito de identidades e dinâmicas de discriminação encontra-se estreitamente relacionada com a questão do reconhecimento pelo potencial de problematização que transporta, ou seja, a procura de valorização e identificação. Calhoun (1994), referindo-se aos problemas que envolvem o reconhecimento ou o não reconhecimento por outros, indica como discursos sociais influenciam o modo como nos vemos e nos constituímos a nós próprios, com vários níveis de tensão associados. Os movimentos feministas, que mobilizaram o slogan “*o pessoal é político*”, procuravam alertar para esta interligação dos problemas do reconhecimento em âmbitos públicos e sociais, com os espaços privados e pessoais.

O reconhecimento apresenta assim uma componente política e de poder, associada a movimentos sociais que lutam pela legitimação. Uma das formas de contestação associadas ao não reconhecimento, prende-se com a recusa de imposição de identidades em desacordo com as reivindicações daqueles catalogados, da qual são exemplo os rótulos coletivos associados a discursos racializados. Observam-se, neste âmbito, as intersecções que interagem em dinâmicas que resultam em vivências específicas e penalizadoras, que conduzem à prossecução do reconhecimento percebido como essencial nos processos de construção identitária de género.

1.3. Estado da arte

As investigações sobre os filhos de imigrantes, segundo Rumbaut (2004), têm incidido, em linhas gerais, sobre os modos como se processa a sua incorporação em termos das suas trajetórias sociais, residenciais, reprodutivas, maritais, educacionais, ocupacionais, económicas, cívicas ou políticas, a par com a formação de identidade étnica ou padrões de uso da língua ou mudança de língua-mãe.

Em Portugal, a produção científica sobre os descendentes de imigrantes tem início na década de 80 do século XX, com enfoque nas vivências dos filhos de emigrantes portugueses em França (Rocha-Trindade, 1986; Villanova, 1983 em Mateus, 2014). Nos anos 90 do mesmo século, surgem investigações sobre os filhos de imigrantes em Portugal, mais especificamente, de origem africana a residir em Portugal (Machado, 1994), mantendo-se este o grupo mais estudado, inclusivamente nas investigações realizadas a partir dos anos 2000. Estudos sobre trajetos e desempenhos escolares (Seabra

& Rodrigues, 2014; Seabra et al., 2016; Seabra et al., 2018; Mateus, 2014; Pereira, 2016; Roldão, 2015; Ramos, 2019), acesso ao mercado de trabalho (Machado, 2008), expressões culturais e artísticas (Marcon, 2013; Raposo, 2010), racismo e discriminação (Raposo et al., 2019; Santos & Vasconcelos, 2019), mobilidade social (Tavares, 2019), associativismo (Albuquerque, 2013) ou a geografia residencial das populações afrodescendentes (Taviani, 2019) constituem-se como exemplos da produção científica sobre descendentes de imigrantes de origem africana, que constituem a primeira e a mais volumosa das ‘segundas gerações’. Para além destes temas, Pires (2009) realça a associação frequente entre a segunda geração e problema social e/ou grupo problemático, relacionando-se com tópicos, tais como a exclusão social, o desvio ou os subúrbios.

No que concerne à análise das questões identitárias, é possível identificar o estudo realizado por Ortiz (2013), decorrente do projeto europeu TRESEGY, cujo objetivo definido era a exploração das experiências de vida dos adolescentes de ‘segunda geração’ em nove cidades europeias. A partir deste projeto, a autora procedeu à análise dos processos identitários de jovens descendentes de imigrantes africanos, analisando as dimensões sociais e culturais. Este estudo, que envolveu jovens homens e mulheres, conclui que as identidades dos filhos de imigrantes se constroem numa cultura mista, numa negociação entre África e Portugal, e com maior identificação horizontal (jovens) ou vertical (progenitores), evidenciando fatores como condições sociais e o género como condicionando as trajetórias na definição de identidade.

Mateus (2013) também foca a identidade territorial no estudo desenvolvido acerca das orientações de futuro, escolares e profissionais, de jovens descendentes de imigrantes. A diversidade interna do universo “descendentes de imigrantes”, identificada pela autora, é também espelhada na multiplicidade de referências e sentimentos de pertença nacional que os jovens envolvidos no estudo apresentaram. Acionadas contextualmente, as referências identitárias são descritas pelas variações de acordo com a nacionalidade, revelando-se sentimentos de identificação e desidentificação mais polarizados e circunscritos a Portugal e ao país de origem dos pais nos jovens com origem nos PALOP, e um sentimento europeu e cosmopolita mais forte nos jovens com origens mistas.

Num estudo que incidiu sobre as trajetórias familiares e vivências escolares de descendentes de imigrantes guineenses, Fati (2016) foca os processos identitários dos jovens relatando, nos resultados obtidos, a multiplicidade de referências e sentimentos de pertença enunciados pelos jovens, que variam face ao acesso à cultura de origem dos pais, reprodução dos costumes, zona de residência e constituição dos grupos de pares. O autor destaca igualmente a construção de identidades numa cultura mista, com perceções diferenciadas no que concerne a estas pertenças, ou seja, a perceção negativa sobre ser “africano” e “português”, a perceção de não ser nem uma coisa nem outra, e perceções positivas, com referência ao lado positivo desta multiplicidade de pertenças.

Machado (2006) também se debruçou sobre as questões identitárias de descendentes de imigrantes africanos em Portugal, mas com o propósito de inquirir sobre o desenvolvimento de sentimentos de pertença nacional à sociedade de acolhimento. No estudo desenvolvido, o autor aferiu que a

identificação com Portugal varia sensivelmente com a origem de classe dos jovens, o seu estatuto social, mas também com o local onde nasceram e a nacionalidade que possuem. Neste sentido, ter nascido em Portugal, ter a nacionalidade portuguesa e ser mais escolarizado demonstraram conduzir a uma maior identificação com Portugal, enquanto jovens menos escolarizados, sem nacionalidade portuguesa e com pais pertencentes a segmentos mais precários das classes populares, apresentaram maior desligamento do país onde residem. Sendo estas posições opostas, o autor também foca situações de identificação intermédias, referindo a forte influência da posição das autoridades políticas e população autóctone face aos filhos de imigrantes.

Nas investigações sobre a construção de processos identitários importa salientar o relevo de diferentes expressões culturais e artísticas juvenis, como o hip hop (Raposo, 2010) ou o kuduro (Marcon, 2013), que se interligam com perceções sobre inclusão e exclusão, “no contexto das novas configurações sociais e políticas do cenário ‘pós-colonial’, em que os significados de identificação e diferença são, muitas vezes acionados e re-contextualizados por meio de diferentes expressividades relacionadas ao consumo e à produção de música e de vídeo” (Marcon, 2013, p.76). Como refere o autor, formas de expressão cultural, da qual a denominada música africana se constitui como exemplo, remetem para uma identificação associada a uma referência a um coletivo etnicizado e para o significado da diáspora para os imigrantes africanos, interligados com formas de cultura juvenil que evidenciam o outrismo, muitas vezes negado pelo discurso homogeneizador de discursos governamentais.

Numa abordagem que incidiu sobre as identidades afro-espanholas de ativistas negras espanholas, Serrano (2019) aferiu a centralidade da representação racial-sexual dominante, de origem colonial prevalecente em Espanha e o carácter racial restrito da identidade nacional espanhola nas autodesignações das mulheres afro-espanholas. Aqui, a identidade social influencia a identidade pessoal, conduzindo, segundo a autora, à construção de diversas categorias e estratégias de autoidentificação alternativa e afirmativa, que transcendem o sistema dominante de representação racial-sexual.

Casimiro (2020) também se debruça sobre as vivências de mulheres negras, mobilizando a estética do cabelo como representativa das dinâmicas de dominação racial e de género. A autora foca a identidade étnico-racial e de género, observando como o cabelo se constitui como um alvo “da repressão e resistência racial e de género para a mulher negra, mas também de resistência e identidade negras” (p. 52).

O enquadramento realizado no presente capítulo visou fornecer as ferramentas teóricas e conceptuais para o estudo realizado, constituindo-se como basilar para os capítulos que se seguem, nos quais serão espelhadas as opções metodológicas adotadas, assim como os resultados obtidos no trabalho de campo desenvolvido. A investigação desenvolvida visa assim contribuir para os estudos focalizados em questões de género, cuja escassez se tornou saliente na revisão de literatura realizada.

CAPÍTULO 2

Metodologia

No seguimento do enquadramento delineado na componente anterior, na qual se procedeu à análise teórica e conceptual de referenciais considerados elementares para o entendimento dos processos de construção das identidades de jovens mulheres descendentes de imigrantes, propomo-nos, no presente capítulo, a debruçar sobre as estratégias metodológicas que permitiram a recolha de material empírico. Esta recolha teve como objetivo responder à pergunta de partida definida, ou seja, *quais os elementos constitutivos das identidades de jovens mulheres afrodescendentes e em que contextos são mais ou menos salientes?*

A linha condutora que norteia a presente investigação sociológica reflete os fundamentos da investigação empírica teoricamente orientada, tal como definida por Costa (2008), que indica que esta “conceção supõe, do princípio ao fim, o comando conceptual e problematizador da teoria, e o objetivo de conduzir em permanência, como um dos seus principais resultados, ao questionamento, reelaboração ou produção de teoria” (p. 7).

Constituindo a pesquisa empírica, ou seja, a recolha e análise de informação sobre o objeto de estudo, um elemento central neste processo, importa que seja teoricamente orientada, pelo que foram formulados os seguintes objetivos:

- i) Aceder às representações simbólicas de atributos identitários pessoais e sociais de jovens mulheres afrodescendentes;
- ii) Observar a conciliação e cruzamento entre formas de cultura juvenil, de identidade étnica e de identidade de género nos processos identitários de jovens mulheres afrodescendentes;
- iii) Identificar as dinâmicas de exibição ou ocultação das referências identitárias das jovens e mecanismos de acionamento.

Visando alcançar os objetivos delineados, foi definido, para a presente pesquisa, o recurso a entrevistas semiestruturadas, pelo potencial de conceder acesso às vivências individuais das jovens, numa abordagem discursiva das identidades. Esta tipologia de entrevistas, que se insere numa metodologia de carácter qualitativo, permite à entrevistadora variar a sequência das questões previamente definidas, conferindo-lhe alguma latitude na colocação de questões e na formulação de questões não previstas inicialmente, no sentido de aprofundar respostas entendidas como significativas (Bryman, 2012).

Deste modo, identifica-se o seu alinhamento com a análise que se pretende desenvolver pois, tal como defendido por Dubar (1998), a realização de entrevistas em pesquisas que definem as identidades como objeto de estudo permite tomar como ponto de partida o relato do próprio *percurso* da entrevistada, acedendo à sua *trajetória subjetiva*.

Como suporte à metodologia de recolha de dados qualitativos definida, foi construído um guião (anexo A) que incidiu sobre um conjunto de dimensões, orientadas pela questão de partida e pelos

objetivos traçados com base no enquadramento teórico elaborado, nomeadamente: propriedades individuais, contextos e transições doméstico/familiares; trajetória migratória da família; conjugalidades e contexto familiar próprio; trajetórias escolares; trajetórias profissionais; práticas culturais e sociabilidade; identidade pessoal e identidade social.

Com base nestes pressupostos, foi igualmente definido o painel das entrevistadas, circunscrito por critérios previamente delineados. Neste sentido, foi programada a realização de entrevistas semiestruturadas a mulheres, com idades compreendidas entre os 19 e 29 anos, filhas de imigrantes naturais de um país africano, nascidas em Portugal, ou seja, sem experiência migratória, residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal. A definição deste recorte geográfico, para além do potencial de facilidade de contacto com as jovens entrevistadas por parte da investigadora, também decorreu da larga proporção de população aí residente, verificando-se que Lisboa, em 2019, acolhia 44,1% do total de estrangeiros residentes em Portugal e Setúbal, 8,8% do mesmo total (Oliveira, 2020). O intervalo etário definido visou ampliar as oportunidades de auscultação de jovens mulheres, com diferentes trajetórias, no que concerne às transições para a vida ativa.

No seguimento da definição realizada, e com o propósito de preparar o trabalho de campo, tornou-se necessário proceder a uma primeira reformulação, por força do enquadramento epidemiológico vivenciado em Portugal à data, relacionado com a pandemia da doença COVID-19 e do confinamento geral da população decretado. Neste sentido, apesar de estar inicialmente prevista a realização de entrevistas presenciais, optou-se por realizar as mesmas em formato online, através da plataforma Zoom. O recurso a formatos online com o propósito de recolher dados em investigações qualitativas foi já abordado por diversos autores, entre os quais Khalil e Cowie (2020) que referem que, face ao momento de mudança dos padrões de interação humana, as entrevistas realizadas *online* ou através de videoconferência “podem ser consideradas um modo viável de recolha de dados em vez de uma segunda opção, especialmente quando as entrevistas face a face não são possíveis” (p. 102). São ainda identificados fatores de atratividade associados à utilização de métodos *online* para os participantes em estudos qualitativos, quando comparados a entrevistas presenciais, tais como conveniência, eficiência, flexibilidade e benefícios custos/eficácia (Archibald et al., 2019).

Neste sentido, e como forma de preparar as entrevistas, procedeu-se à análise da plataforma com melhores condições de acessibilidade e segurança, tendo sido delineados os requisitos e condições necessárias para a sua realização. O acesso à internet ou a disponibilidade de equipamentos informáticos (computador, *tablet* ou *smartphone*), tornaram-se questões relevantes na preparação das entrevistas (Lobe, Morgan & Hoffman, 2020), mas que não se constituíram como entraves para qualquer uma das participações. Estes critérios foram aliados ao protocolo estabelecido, referente à recolha de consentimento informado, garantia das condições de confidencialidade e anonimato, essenciais no processo qualitativo conduzido.

O convite para participação no estudo foi primeiramente endereçado a jovens que se enquadravam nos critérios estabelecidos, com a aplicação de uma estratégia de efeito bola de neve. O recurso a esta

forma de amostra não probabilística permitiu que as participantes iniciais indicassem novas participantes para o estudo. No decorrer deste processo, foram acolhidos contactos de jovens que se disponibilizaram a participar, mas cujo perfil social diferia ligeiramente do estabelecido, pelo que se tornou necessário ampliar os critérios, no que concerne à idade e à experiência migratória. No final dos procedimentos de recolha de dados foi contabilizada a participação de 13 jovens mulheres. Após a recolha de dados procedeu-se ao seu tratamento através da transcrição integral das entrevistas, cujo conteúdo foi analisado com recurso ao *software* MAXQDA (versão 20).

2.1 Caracterização social das entrevistadas

O painel de entrevistadas é composto por 13 mulheres, conforme quadro 1 (informação complementar pode ser consultada no anexo B). Todos os nomes utilizados são fictícios no sentido de garantir o anonimato das jovens participantes.

Quadro 1. Caracterização social das entrevistadas

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Ascendência</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Profissão/Área profissional</i>
Liliana	29	São Tomé e Príncipe	Curso Profissional - 12º ano	Auxiliar de ação educativa
Elisa	21	Cabo Verde	A frequentar o 2º ano de Licenciatura	Estudante
Nádia	24	Guiné-Bissau	Curso Profissional - 12º ano	Cozinheira
Mónica	32	Cabo Verde	A frequentar formação profissional - 12º ano	Auxiliar de ação educativa
Raquel	26	Angola	Pós-graduação	Técnica de apoio ao imigrante
Andreia	26	Guiné-Bissau	Licenciatura	Analista de conteúdo digital
Eliana	27	Angola	Mestrado	Investigadora em ciência sociais
Rita	27	São Tomé e Príncipe	Licenciatura	Empregada de limpeza
Neuza	35	Cabo Verde	12º ano	Apoio ao estudo
Anabela	26	Angola	Mestrado (em conclusão)	Apoio ao cliente/estudante
Diana	24	Angola e São Tomé e Príncipe	Licenciatura	Antropóloga (desempregada)
Olga	30	Guiné-Bissau e Cabo Verde	Mestrado	Departamento de marketing de uma consultora
Iris	26	Guiné-Bissau	Mestrado (em conclusão)	Técnica superior no Ministério Negócios Estrangeiros

As jovens participantes têm idades compreendidas entre os 21 e 35 anos de idade, inserindo-se o maior segmento das entrevistadas no intervalo etário dos 24 aos 27 anos. As entrevistadas nasceram em Portugal ou para cá vieram residir em crianças, tendo passado mais anos em Portugal do que no seu país de origem. Todas têm nacionalidade portuguesa e são filhas de pais naturais de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), nomeadamente, da Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. Duas jovens apresentam ascendências mistas, nomeadamente, uma jovem com ascendência guineense e cabo-verdiana e uma jovem com ascendência angolana e santomense.

No que diz respeito aos projetos migratórios familiares, estes são descritos como tendo sido motivados pela procura de melhores condições de vida e realizados dentro do próprio projeto de conjugalidade ou de forma autónoma. O relato da chegada dos pais a Portugal foi referido pela maioria das jovens como desafiante, constituindo um fator de apoio terem familiares ou amigos que já residissem em Portugal ou que os acompanhassem na trajetória migratória.

As principais áreas profissionais acedidas pelas famílias das jovens em Portugal foram, no caso das mães, a área das limpezas/empregada doméstica e dos pais ou padrastos, a construção civil ou indústria. Quanto à composição familiar, a maioria das jovens provém de agregados familiares monoparentais femininos e todas têm, pelo menos, um irmão ou irmã. À data das entrevistas, quatro jovens residiam com os seus pais, duas jovens viviam com irmãs e sobrinhos, duas jovens viviam sozinhas e cinco jovens residiam com os seus companheiros ou companheiras. Relativamente ao distrito de residência, a maioria das jovens residem no distrito de Lisboa e as restantes no distrito de Setúbal. Os distritos de residência atuais coincidem com as zonas para as quais a família veio viver quando chegou a Portugal, com a exceção de duas jovens. A escolha da zona de residência por parte das famílias é atribuída pela maioria das entrevistadas à presença de familiares e amigos coétnicos, e à presença de população de origem migrante.

No que concerne às trajetórias escolares, a maioria das jovens entrevistadas frequenta ou já concluiu algum nível de ensino superior, nomeadamente, licenciatura, pós-graduação ou mestrado e quatro jovens concluíram ou estão a concluir formação ao nível do 12º ano. Quanto às áreas académicas pelas quais as jovens enveredaram, foram indicadas a licenciatura em Estudos Africanos e a área da Comunicação. Outras áreas identificadas prendem-se com Estudos Europeus, Antropologia e Tradução. Do painel das entrevistadas, quatro jovens concluíram ou encontram-se em fase de conclusão do mestrado, em áreas como Relações Internacionais ou Antropologia, e uma das jovens indica ter apresentado a sua candidatura ao Doutoramento em Sociologia. Das jovens que concluíram ou se encontram a concluir o 12º ano, a área de Auxiliar de Ação Educativa é indicada por duas jovens, sendo a Cozinha outra das áreas optadas.

As trajetórias profissionais descritas pelas entrevistadas apresentam múltiplas configurações, encontrando-se o maior segmento das jovens entrevistadas a exercer uma atividade profissional. Para cinco jovens, as áreas profissionais acedidas correspondem à formação realizada e as restantes desenvolvem a sua atividade profissional em áreas distintas, por oportunidades apresentadas ou por impossibilidade de encontrarem emprego nas suas áreas de formação. Nesta última situação encontram-se três jovens, duas das quais a desenvolverem atividades profissionais fora da área (apoio ao cliente e limpezas) e uma jovem que se encontra em situação de desemprego.

CAPÍTULO 3

Análise e discussão dos resultados

No presente capítulo vamos proceder à análise e discussão dos resultados obtidos no trabalho de campo realizado, orientando a discussão para os objetivos estabelecidos com vista a responder à questão de partida delineada. No processo desenvolvido procurou-se que a análise das dimensões não fosse constrangida por uma compartimentação forçada, mas que espelhasse a interseccionalidade identitária revelada no discurso das entrevistadas. Por este motivo, alguns temas serão abordados em diferentes dimensões, espelhando a transversalidade observada no discurso das jovens.

3.1 Transições identitárias: da juventude à *adultez*

No ponto referente às transições identitárias foram analisadas as diferentes etapas comumente identificadas por constituírem a transição para a vida ativa, nomeadamente, o fim (e reinício) das trajetórias escolares, a entrada no mercado de trabalho, a saída da casa da família, as experiências de conjugalidade e os projetos de maternidade. A observação destas etapas transacionais teve como objetivo tornar saliente a interligação entre a passagem da juventude à *adultez*, e elementos constitutivos das identidades do painel de entrevistadas, ao nível da identidade étnica e de género.

No que diz respeito às trajetórias escolares, no momento de realização das entrevistas, um grupo de entrevistadas encontrava-se a frequentar ou a concluir uma etapa escolar (12º ano, licenciatura ou mestrado), e a maioria já havia concluído as formações frequentadas. Todavia, esta conclusão não é indicada como definitiva. Quatro jovens entrevistadas manifestaram o seu objetivo de dar continuidade ao percurso académico mesmo após terem iniciado a sua atividade profissional, o que comprova o que Magda Nico designa como sobreposição dos eventos transicionais (2011).

Relativamente aos objetivos traçados nesta área, a conclusão de um grau de escolaridade ao nível superior é descrita por oito jovens como um objetivo que definiram para si, de forma autónoma, ou alinhado com as expectativas dos pais. Os incentivos familiares para que as jovens investissem no seu percurso escolar são referidos pela maioria das entrevistadas no sentido de serem boas alunas ou de concluírem o ensino superior. É também feita a menção à vontade que os pais expressavam para que fossem médicas, advogadas ou engenheiras.

A concretização dos objetivos académicos é indicada de forma mais particular como uma realização por jovens que se assumiram como a primeira filha ou uma das primeiras pessoas da família a concluir uma licenciatura. Foi também relatado o significado da conclusão deste percurso por duas das jovens, que descreveram que as mães tinham o objetivo de estudar e que não conseguiram por terem de desempenhar um papel de apoio à família ou por os seus pais decidirem não investir na sua educação, devido ao facto de serem mulheres. Neste sentido, o percurso escolar é perspetivado como possibilitando o acesso a melhores condições de vida, objetivo que motivou a vinda dos pais para Portugal, mas

também por romper com atributos identitários sociais que uma entrevistada relaciona com a sua comunidade.

“(…) os meus pais dizem, tipo estuda, não sei o quê realmente. Mas o incentivo principal não surgiu deles. Surgiu em nós, o facto de vermos na educação uma ferramenta (…) para ascender a nível social. Então é na educação que a gente vai buscar a possibilidade de ter melhores ordenados, de ter melhores condições de vida, de ter outras coisas que supostamente outras pessoas imigrantes ou outras pessoas com menos escolaridade, imigrantes ou não, não têm” (Eliana, 27 anos, ascendência angolana)

“É assim, o facto de ter ido para a faculdade mudou também muito a minha forma de ser. (…) porque eu vinha de um meio onde isso não era possível. Era mais, vá, estás aí, muito bom, foste até ao 12º, mas supostamente deveria ter terminado aí, procurado um outro emprego, no máximo numa loja, uma coisa assim, engravidar e pronto” (Raquel, 26 anos, ascendência angolana)

Nas descrições dos percursos escolares, as vivências decorridas em contexto escolar, em especial no ensino superior, são também identificadas como marcantes nos processos de construção identitária. Uma parte das entrevistadas descreve-as como conducentes a uma (re)construção do entendimento de si próprias pelo acesso a novas perspetivas, pelo contacto com outras jovens com *backgrounds* semelhantes ao seu ou pela pertença a grupos com intervenção social e política, promovendo a exibição da identidade étnica.

“Foi a licenciatura. Definitivamente. Foi o facto... não o facto de estar no curso de Estudos Africanos, mas o facto de estar num curso onde haviam várias mulheres negras, que tinham um *background* muito similar ao meu, filhas de mães imigrantes, famílias monoparentais” (Iris, 26 anos, ascendência guineense)

“Fazíamos parte do Núcleo de Estudantes e Estudos Africanos da faculdade. Depois ainda tivemos um estágio curricular no SOS Racismo, então ajudámos um pouco na dinamização da festa da diversidade e outros grupos... O Moinho da Juventude, que também fica lá no bairro, muitas das vezes, faziam conferências de coisas, então nós também estávamos sempre com eles.” (Raquel, 26 anos, ascendência angolana).

Outro evento transicional identificado nos percursos das entrevistadas diz respeito à entrada no mercado de trabalho. Esta etapa foi descrita pela maioria das jovens como relativamente fácil, tendo acontecido, num primeiro momento e para algumas das jovens, através de empregos nas férias de verão ou de forma complementar à escola.

No que concerne à integração numa atividade profissional de carácter mais permanente, a maioria das entrevistadas refere não ter encontrado barreiras, atribuindo a facilidade de acesso ao mercado de trabalho à realização de estágios que facilitaram o contacto com o mundo do trabalho, ao conhecimento de quem já trabalhava na profissão e a competências interpessoais e experiências que enriqueceram o currículo.

“Foi relativamente fácil, diria eu. Eu já tinha... eu, quando comecei na TAP ainda não tinha acabado a licenciatura, eu estava a acabar (...) sou privilegiada no sentido de, eu tive uma mãe que se calhar fez de tudo e mais alguma coisa para que, eu posso ir a uma entrevista e tenha uma coisa no currículo que alguém olhe e diga, ah, realmente esta miúda é interessante. Só pelo facto de eu ter ido para a Dinamarca, que é o que muitas vezes se vê no currículo (...)” (Andreia, 26 anos, ascendência guineense)

“Acabou por ser fácil entrar no mundo no trabalho, porque para trabalhar nas limpezas, não é que seja um trabalho fácil, também não é complicado, mas é duro fisicamente. Mas acabou por ser fácil porque eu tinha a minha tia a trabalhar lá, então é mais fácil nesse sentido, entrar no trabalho, quando tens algo, quando se tem alguém que nos consiga dar esse toque, que nos consiga arranjar esse trabalho” (Rita, 27 anos, ascendência santomense)

De forma mais particular emerge a continuidade entre a atividade laboral e a esfera familiar, mais especificamente com o processo migratório concretizado pela família e com a comunidade coétnica em que cresceram. A escolha da área profissional é também relacionada com funções desempenhadas no seio familiar, nomeadamente, o cuidado a crianças.

“Eu trabalho num centro de estudo (...). Está sediado dentro de um bairro social e para mim é o melhor sítio para trabalhar. É um bairro que eu conheço toda a gente. Estas pessoas vieram todas de Miraflores. Sinto-me em casa. É o melhor trabalho que já tive, com o melhor acesso às pessoas que possa alguma vez ter sonhado, em que me sinto completamente integrada, completamente.” (Neuza, 35 anos, ascendência cabo-verdiana)

“Neste momento estou a trabalhar na área das migrações, sou técnica de um apoio ao imigrante, então para além de eu própria, pronto, ter passado por esse processo todo de regularização, tenho lidado muito com isso diariamente.” (Raquel, 26 anos, ascendência angolana)

O testemunho de um menor segmento de jovens reporta um conjunto de barreiras enfrentadas no processo de procura de emprego e discriminações experienciadas em contexto laboral. As discriminações identificadas prendem-se com o facto de serem negras e os relatos partilhados descrevem o questionamento de que foram alvo, relativos à sua autorização para trabalhar em Portugal ou a sua legitimidade para ocupar determinados cargos, com associação da sua presença na empresa a funções estereotipadas, como por exemplo, secretária ou empregada de limpeza. As vivências de práticas discriminatórias são descritas como penalizadoras, conduzindo ao questionamento sobre a sua própria validade e apresentando efeitos em termos da saúde mental e definição de si próprias.

“Na ONU, (...) a secretária [da pessoa para quem estava a estagiar] que era portuguesa, simplesmente disse, mas o que é que ela está a fazer aqui? Isto é a representação de Portugal. Ela é preta. O que é que ela está aqui a fazer? Isso para mim foi um choque. (...) Tive bastantes situações. (...) Ouvir comentários racistas, por parte de pessoas que me contrataram, os meus chefes. Ouvir piadas racistas, tocar no meu cabelo de forma inapropriada. Perguntas ofensivas (...) eu acho que já passei por tantas humilhações, tantas microagressões diárias, no contexto profissional que eu já começo a dizer, ok, isto também... não sou eu que tenho que ser escolhida, eu é que tenho que escolher o local para onde quero trabalhar. Porque a minha saúde mental está acima de tudo.” (Olga, 30 anos, ascendência guineense e cabo-verdiana)

As vivências de discriminação, quer em contextos laborais, quer pessoais ou escolares, são também descritas por influenciar as áreas laborais escolhidas conduzindo, por exemplo, à opção por ingressar na área dos direitos humanos. Estas opções, referidas por quatro jovens, tornam evidente a influência das categorias sociais nas opções realizadas em termos do percurso profissional.

“Visto que eu também sou muito interessada na questão dos direitos humanos, eu estive na Human Rights Watch (...) a questão dos direitos humanos sempre me perseguiu, então trabalhei também em Moçambique, numa ONG, que trabalhava especificamente com os direitos das mulheres. (...) [este interesse] acho que tem muito a ver com o facto de eu sempre ter crescido a ver injustiças, nomeadamente, na minha família (...) eu estudei num colégio em que éramos dois mil e tal alunos e eu era a única negra. (...) havia algum preconceito inconsciente, e eu sentia isso. Portanto acho que a questão das injustiças sempre me deixou, sempre foi muito clara para mim e também me incomodou imenso.” (Olga, 30 anos, ascendência guineense e cabo-verdiana)

Nas trajetórias partilhadas, outra das etapas abordadas disse respeito à saída da casa da família. A conquista da autonomia habitacional, para a maioria das jovens que realizou este processo, foi descrita como desafiante, quer pela dificuldade de aceitação por parte dos pais, quer pelas responsabilidades que esse processo acarretou. Outro grupo de entrevistadas descreveu esse processo como relativamente fácil

e associou a forma como decorreu o processo com o facto de estarem habituadas a desempenhar tarefas domésticas.

Nas experiências de saída de casa que não beneficiaram da aceitação por parte dos pais, as jovens referiram a relevância de manter o projeto delineado para si mesmas, o que significou uma rutura com as expectativas familiares. Algumas das expectativas enunciadas prendiam-se com a realização desta passagem no momento do casamento ou, num caso em que essa expectativa se concretizou, que decorresse de acordo com os parâmetros culturais determinados pela família, evidenciando o entrecruzar desta etapa de transição para a vida adulta com os papéis sociais de género e enquadramento cultural.

“[como foi a experiência de sair da casa da tua mãe?] Foi um pouco complicada. (...) porque nós somos angolanos e mesmo o meu casamento foi uma complicação, porque tem aquelas tradições que a pessoa tem de cumprir (...) as famílias angolanas (...) são muito conservadoras e é toda aquela coisa, para a pessoa sair de casa e pronto. (...) se tivéssemos em Angola, o meu pai ia arranjar um sítio para a gente ficar durante um tempo e depois íamos arranjar a nossa casa. Para mim é impensável! Se eu vou casar, já tenho que ter uma casa. (...) lá conseguimos fazer, casamos no civil. Mas antes disso, eu já tinha conseguido ir viver com ele” (Raquel, 26 anos, ascendência angolana)

“Saí da casa da minha mãe há cerca de 1 ano. Fui viver com uma amiga. Esse período foi um bocado complicado, a minha mãe não aceitou muito tempo porque, segundo ela, eu deveria apenas sair de casa a partir do momento em que me casasse com alguém, neste caso, alguém, um homem. Então ela (...) não aceitou isso muito bem” (Iris, 26 anos, ascendência guineense)

Na descrição das experiências de conjugalidade, também abordadas no âmbito da transição para a vida ativa, a maioria das jovens que se encontra numa relação de intimidade, ou que abordaram relações anteriores, refere ter ou ter tido uma relação heterossexual com um parceiro de origem migrante. Estas experiências conjugais são descritas como bem aceites pela família, quando o parceiro foi apresentado.

“A minha mãe adora-o, não é? Cabo-verdiano (*risos*) (...). Ele e a minha mãe entendem-se muito bem, acho que também pela experiência que os dois acabam por ter.” (Neuza, 35 anos, ascendência cabo-verdiana)

Outras vivências enunciadas pelas jovens entrevistadas, que não se encaixam em padrões heteronormativos ou que se assumem como relações inter-raciais, são descritas como enfrentando menor aceitação por parte da família, da sociedade ou por apresentarem maiores desafios dentro da própria relação.

“Ele é uma pessoa muito portuguesa, sabia pouco se calhar da cultura guineense. Foi muito aberto a isso, mas não, não é fácil, não. Não foi fácil o caminho, nem sempre é, porque é uma relação inter-racial, há muita coisas que ele não vai conseguir compreender, nem do meu lado, nem eu do lado dele.” (Andreia, 26 anos, ascendência guineense).

“(…) no meu caso, existem várias intersecções porque eu sou uma mulher negra, sou *queer* e sou uma mulher gorda.” (Diana, 24 anos, ascendência angolana e santomense)

As identidades de género que não se enquadram em padrões heteronormativos são referidas por duas jovens entrevistadas, sendo mobilizadas as identificações como mulher LGBT e *queer* nas referências de elementos constitutivos da sua identidade. A autoidentificação como *queer*, remetendo para o desafio à fixidez identitária (Amâncio & Oliveira, 2014), é mobilizada para descrever as dinâmicas de intersecção de discriminações que são vivenciadas e que impactam as autodefinições.

Estes elementos constitutivos da identidade tornam-se também salientes no discurso de uma das jovens quando colocada a questão acerca da constituição da própria família e sobre um possível projeto de maternidade². Neste sentido é realizada a interligação entre a sua orientação sexual e a educação de uma criança.

“Será importante, a realidade seria essa, de ser também uma criança LGBT. Sim, ser uma criança LGBT *friendly*.” (Iris, 26 anos, ascendência guineense)

Perante a mesma questão da maternidade, um dos principais pontos abordados por parte das entrevistadas, diz respeito às suas vivências enquanto mulheres negras na sociedade portuguesa. O destaque dado à necessidade de informar uma criança sobre a aceitação de diferentes culturas ou providenciar ferramentas para lidar com a condição de pessoa negra na sociedade portuguesa, remete para o próprio percurso das jovens, que partilharam ter experienciado estas dificuldades.

“Primeiro, dar-lhe todas as informações. Eu sei que vai sentir-se sempre confusa, como eu me sinto, como os miúdos com quem eu trabalho, vejo que eles se sentem, por vezes, porque a sociedade assim nos faz sentir. Quanto eu digo isto, é por causa da nossa cor de pele, de sermos portugueses, por não sermos portugueses e essa coisa toda. Então dar-lhe informações para que ele se sinta sempre dono do espaço onde ele está. Que (...), aquele espaço também lhe pertença. Então ele pode e deve ser respeitado. Enquanto ser, independentemente da sua cor de pele.” (Neuza, 35 anos, ascendência cabo-verdiana)

“Eu quero transmitir para que ele tem uma visão que todos nós somos seres humanos e que nós todos somos iguais, e que o mais importante é respeitar e aceitar culturas diferentes das nossas (...) para ele respeitar os outros e aceitar as diferenças” (Nádia, 24 anos, ascendência guineense)

“Eu sei que os meus filhos, independentemente de tudo, vão ser vistos como negros na sociedade. E quero fazê-los saber qual é a condição social deles atual, desde pequeninos, para que não seja um choque tão grande (...) e saber que posição é que tomam na sociedade enquanto negros e qual o poder que têm.” (Andreia, 26 anos, ascendência guineense)

Também a experiência migratória da família é mobilizada quando é pensada a transmissão intergeracional, numa perspetiva de valorização do que implicou a concretização deste projeto para a família, a influência que teve no próprio percurso da jovem e entendimento de si própria.

“Eu acho que, no meu caso específico, a minha mãe e o meu pai, sendo imigrantes, a minha mãe sempre foi empregada doméstica e o meu pai era operário fabril, e eu ter conseguido ir para a faculdade e ter conseguido chegar até aqui, eu acho que é importante e eu quero que os meus filhos, se algum dia tiver algum, saibam disso. Que foi um caminho que fomos construindo e que eles também têm que ter responsabilidade no sentido de continuarem a construir esse caminho e perceberem que eu cheguei aqui por causa deles e, se eles chegarem a algum sítio, também vai ser por minha causa, mas também por causa deles” (Anabela, 26 anos, ascendência angolana)

As práticas culturais e o contacto com o país de origem da família são identificados de forma mais particular como relevantes nesta transmissão intergeracional, numa perspetiva de manutenção da ligação cultural ao país de ascendência.

² A colocação desta pergunta apresentou o objetivo, não de estabelecer uma ligação linear entre o ser mulher e o ser mãe, mas sim aferir o que as jovens consideravam importante transmitir a uma próxima geração, numa perspetiva de continuidade ou descontinuidade com a sua família de origem, promovendo simultaneamente a emergência de elementos constitutivos das suas identidades.

“Eu acho que o mesmo que a minha mãe me transmitiu (...) falar da terra dela, do país dela” (Liliana, 29 anos, ascendência santomense)

“Eu acho que o mais importante é transmitir aquilo que, em Cabo Verde, nós dizemos estamos juntos. Que é aquela união que existe entre o povo. Ou seja, facilmente encontramos um cabo-verdiano na rua facilmente tentamos conectar com a pessoa para ver se é uma pessoa compatível conosco, com os mesmos valores que nós e prestar apoio, estar disponível, apoiar, pedir ajuda se necessário, ou seja criar estas pontes para (...) não deixar cair a língua, não deixar a cultura perder-se no meio de outras culturas” (Mónica, 32 anos, ascendência cabo-verdiana)

A indagação sobre projetos de maternidade também fez emergir discontinuidades face à família, no que diz respeito a papéis sociais de género. Neste sentido, cerca de quatro jovens consideram importante promover o contacto com modelos do que é o papel de um homem e de uma mulher na sociedade, diferentes daqueles que lhe foram transmitidos pelos progenitores ou família alargada. Aqui, para além deste processo de identificação, é manifestada a discordância de práticas culturais como a poligamia.

“Imagina, se eu quiser criar um rapaz que vá pensar em si como alguém que também tem responsabilidades domésticas, eu vou criar um rapaz como, por exemplo, com a relação que eu tenho com o meu parceiro. Eu não vou criar um rapaz com a relação que a minha mãe tem com o meu padrasto. Que são gerações diferentes, que são gerações que nasceram em países diferentes, do que nós estamos atualmente.” (Eliana, 27 anos, ascendência angolana)

A análise efetuada à dimensão da transição para a vida adulta permite verificar que as diferentes etapas transicionais narradas pelo painel de entrevistadas são pautadas por vivências que fazem emergir e contribuem para a construção de elementos constitutivos das suas identidades.

Primeiramente, são identificáveis percursos que se inserem no que Roldão (2015) designa de trajetos de contratendência ascendente, que se referem a jovens provenientes de classes menos favorecidas que apresentam trajetos de marcado sucesso escolar. Estes percursos refletem a ideia de que a escola permite alcançar melhores condições de vida e alcançar a sua independência, especialmente considerando o *background* migrante. Estes percursos remetem para a teoria da assimilação segmentada (Portes, Haller & Fernández-Kelly, 2008), verificando-se a articulação de fatores conducentes a percursos de mobilidade social ascendente. De acordo com os autores, a combinação de fatores exógenos, como a composição familiar, o capital humano e o contexto social em que são recebidos, conduzem a diferentes trajetórias de mobilidade para as diversas gerações, entre as quais a aculturação seletiva, que se refere à obtenção do *status* de classe média por meio de obtenção de credenciais educacionais, observável nas trajetórias narradas. Os trajetos escolares são também descritos pelo rompimento com papéis sociais de género, em especial aqueles que culturalmente são prescritos às mulheres e que limitaram o percurso escolar das suas mães.

Para além das possibilidades concedidas por maiores habilitações escolares, as vivências em contexto escolar são descritas por ampliarem as referências identitárias e pelos processos de identificação com os seus pares, influenciando os processos de construção da identidade, nomeadamente, da identidade étnica. A participação em grupos de estudantes, os estágios realizados ou a participação na organização de eventos, são relatadas pelo forte contributo para o desenvolvimento da

sua identidade, nomeadamente, para as referências identitárias relacionadas com a negritude, africanidade e a descendência de imigrantes.

No que concerte às trajetórias profissionais, os relatos revelam percursos com características diferentes. Se, por um lado, são partilhadas experiências de entrada no mercado de trabalho que não foram particularmente difíceis, por outro lado são relatadas barreiras encontradas, decorrentes de experiências de discriminação racial. Estas últimas são caracterizadas pela confrontação com categorias sociais para as jovens quais são remetidas, que se enquadram em esquemas de referência racializados (Donald & Rattansi, 1992). O caráter penalizador destas situações de discriminação é associado ao impacto nas autodefinições das jovens, mas também à escolha das áreas profissionais. As opções profissionais enunciadas são também influenciadas pelas suas vivências nas esferas familiar e comunitária, numa perspetiva de continuidade.

Uma das etapas descritas como mais marcantes na transição para a vida ativa é a saída da casa da família, em especial nas situações que enfrentaram a discordância da família. Neste âmbito, sobressai a relevância de manter o projeto de autonomia desenhado, essencial no processo de construção de identidade pessoal. A etapa referente à saída da casa dos pais é indicada por Nico (2009) como um dos mais poderosos símbolos de *adulterez*, constituindo uma conquista que “encerra o conceito de independência, que se refere aos aspetos financeiros e à transição de papéis sociais, e o de autonomia, que se referirá a qualidade relacionais ou a transições de estatuto” (p.3). O planeamento de vida posiciona-se assim como uma característica fulcral do processo de construção da identidade pessoal (Giddens, 2001). Neste sentido, a manutenção dos planos de autonomia habitacional, mesmo perante o desacordo dos pais, interliga-se com referenciais identitários relacionados com o que significa ser jovem e ser mulher, que se afastam das referências das suas famílias.

Esta rutura emerge igualmente em narrativas sobre experiências de conjugalidade, que se interligam com o momento de saída de casa da família. As jovens que concretizaram os seus projetos de autonomia fora de projetos de conjugalidade contrariaram os atributos identitários sociais prescritos pela família, relacionados com o género e parâmetros culturais. As experiências conjugais que não se encaixam em padrões heteronormativos ou coétnicos são também descritos por acarretarem maiores desafios para as jovens, influenciando e constituindo a sua identidade pessoal. Por outro lado, as relações heterossexuais e com parceiros de origem migrante são descritas pela aceitação de que beneficiam por parte da família.

A última etapa abordada, relativa a um potencial projeto de maternidade, acionou diversos elementos constitutivos das identidades das jovens, tais como a sua identidade de género e étnico-racial. A manutenção de práticas transnacionais ou a valorização do *background* migratório foram apontados como fundamentais na transmissão intergeracional, com correspondência ao próprio sentimento de pertença das jovens face ao país de origem dos pais. Nestas partilhas, sobressai o significado emocional que a etnicidade transporta, assim como o sentimento de pertença a um povo que partilha uma língua, tradições e territórios comuns, que Westin (2010) associa à formação de diásporas. Nas partilhas

realizadas emergiram também pontos de rutura, relativos a papéis sociais de género na esfera familiar, assim como o impacto das suas vivências enquanto pessoas negras na sociedade portuguesa.

As narrativas sobre as diversas etapas da transição para a vida ativa espelham a multiplicidade de trajetórias, próprias da juventude e tornam evidentes divergências de experiências sociais e expectativas das jovens face às suas famílias (Machado & Matias, 2006), a par com a sua articulação com a herança de singularidade cultural, enunciada por Mateus (2014).

3.2 Identidades no feminino: o género enquanto elemento constitutivo da identidade

No presente ponto serão analisadas as referências identitárias de género que emergiram nas narrativas das jovens entrevistadas, assim como os contextos em que foram enunciadas e a sua interligação com outros atributos identitários, pessoais ou sociais.

No que diz respeito às esferas da vida social que tornaram emergente a identidade de género, a esfera familiar constitui-se como a mais frequentemente enunciada. Perante a questão colocada sobre a divisão de tarefas domésticas e responsabilidades familiares, todas as jovens entrevistadas referiram desempenhar tarefas domésticas durante o seu crescimento, e um grupo de entrevistadas reforçou que algumas responsabilidades lhes eram especificamente atribuídas por serem raparigas. Às tarefas domésticas, em algumas situações, acrescia a responsabilidade de cuidar dos irmãos, decorrente das longas jornadas de trabalho que os pais realizavam e que influenciavam o tempo que tinham disponível para dedicar à unidade doméstica e aos filhos. O desempenho destas responsabilidades é descrito como árduo, na medida em que consideram que os papéis de cuidado da casa e da família que necessitavam de desempenhar enquanto raparigas, eram exigentes para si.

“E então, chegou uma idade, para aí por volta dos 12, 13 anos, que a minha mãe já não deixava tudo pronto, tinha de ser eu, no caso, como era mais velha, eu fazia e depois chegou uma altura que eu sentia-me um pouco.... Sobrecarregada (...) porque era uma criança e também ia à escola e também vinha da escola e também vinha cansada” (Eliana, 27 anos, ascendência angolana)

Para além dos papéis sociais de género, um segmento das inquiridas indica a influência do enquadramento cultural no peso das responsabilidades domésticas atribuídas às raparigas. Neste sentido, são indicados parâmetros culturais que promovem a preparação das raparigas para o futuro papel de esposas, no desempenho do qual terão de cuidar do marido e da casa.

“As mulheres, vou falar neste contexto angolano, porque é o contexto onde eu estou inserida, (...) são muito criadas para casarem. É o que eu digo, eu casei por acaso, não era o meu objetivo, não é? De vida, muito por causa dessa pressão que eu sofri quando era mais nova, do ‘tens que saber fazer isto, e depois o teu marido, como é que vai ser, se tu não sabes fazer isso? Não é só estudar ou ter boas notas, também tens de saber fazer isto e limpar e cozinhar’” (Raquel, 27 anos, ascendência angolana)

As assimetrias em termos da distribuição do trabalho doméstico entre homens e mulheres são alvo de crítica por parte de todas as jovens entrevistadas, que advogam que as tarefas domésticas devem ser repartidas. O desacordo com a organização na esfera familiar em que se inserem, mais restrita ou mais

alargada, é também feita por uma parte das entrevistadas, que descreve a submissão por parte das mulheres face aos homens como algo presente em gerações mais velhas.

“E o que vejo das relações dentro da minha família, por exemplo os irmãos do meu pai, é que eles têm que ser a autoridade máxima dentro de casa. E a mulher acaba sempre por ser submissa. Mesmo no caso de minha mãe, que é uma pessoa que fala e tenta ter alguma autoridade, o meu pai acaba sempre por ter alguma palavra.” (Diana, 24 anos, ascendência angolana e santomense)

A discordância relativa a referências familiares, culturais e de género, é também manifestada quando colocada a questão sobre o que é esperado de uma mulher e de um homem, e se essas expectativas serão diferentes de acordo com o país em que se nasce ou a cultura de origem. A grande maioria das entrevistadas considerou que essas diferenças existem, remetendo para os países de origem dos pais, caracterizados por uma visão mais conservadora e machista dos papéis sociais de homens e mulheres, em especial no seio familiar. Esta visão é conducente a assimetrias que as jovens identificam, relacionadas, por exemplo, com oportunidades escolares. Neste sentido, é descrito que, em determinados países, as famílias não investem na educação das raparigas, mas sim na dos rapazes, e que as mulheres têm menos oportunidades em termos laborais que, conseqüentemente, impactam a sua independência económica.

“(…) lá [em São Tomé e Príncipe], enquanto as mulheres estão a cozinhar, os maridos estão lá sentados a ver televisão, (...) enquanto as meninas estão a trabalhar, os rapazes ficam a brincar, (...) não fazem praticamente nada de casa. Tarefas domésticas, esquece. Não tem. (...) as mulheres lá também não trabalham fora. E se trabalham, é porque não têm condições. (...) Fazem negócios, mas não tanto como os homens (...) não acho justo.” (Liliana, 29 anos, ascendência santomense)

Perante a mesma questão, reemerge o desacordo com as responsabilidades atribuídas às mulheres no seio familiar, de cuidar da casa, do marido e dos filhos, assim como em relação à naturalização da traição e a responsabilidade atribuída à mulher se o marido encetar relações extraconjugais. O desacordo que manifestam é atribuído à mudança de contexto cultural, para as jovens que não nasceram em Portugal, que alterou a forma como entendiam esses papéis.

“Na Guiné tem muito isso que o homem é que manda e a mulher obedece. (...) Mulher tem que ter filho, tem que cozinhar, fazer comida para o marido e o marido chegar e comer (...) era uma das coisas que quando era mais pequena, achava que era uma coisa normal, mas depois de sair de lá, fui crescendo e vi que não é bem assim.” (Nádia, 24 anos, ascendência guineense)

“As mulheres são muito criadas para serem donas de casa. Para serem donas de casa, para terem filhos. (...) Depois há muito aquilo, tens que ser bonita, tens que estar toda sempre prontinha, tens de saber fazer as coisas, que é para quê? Para o teu marido não fugir! Não ficar com outra. Depois há muito dessa, tipo, se o teu me trai, está bem, a culpa é dele, mas isso é próprio do homem. É porque tu não fizeste algo para prendê-lo.” (Raquel, 26 anos, ascendência angolana)

Uma das entrevistadas, em resposta à questão sobre o que é esperado de uma mulher e de um homem, abordou também a pressão que os papéis sociais de género colocam sobre o homem e, conseqüentemente, afetam a sua capacidade de lidar com a ocupação de determinados lugares pelas mulheres, em especial, se tal significar maior sucesso profissional.

“(…) nós olhamos sempre e dizemos, ok, isto é muito mau para a mulher, porque impossibilita a mulher de fazer muitas coisas, mas também coloca muita pressão no homem. (...) E é complicado, afeta tudo, afeta relações amorosas. Muitas pessoas pensam que não as afeta porque se a mulher for bem-sucedida, muitas das vezes o ego do seu parceiro pode fazer com que a relação não vá para a frente. Porque pode depois

começar a tentar diminuí-la em vez de a apoiar, ou acabar por eliminar a sua confiança, o seu percurso.” (Olga, 30 anos, ascendência guineense e cabo-verdiana)

A interligação entre género e a esfera profissional surge novamente nos discursos das jovens, remetendo não só para as suas próprias experiências, mas para uma reflexão mais alargada sobre a sociedade. Neste plano, é referido que as oportunidades que as mulheres têm, quer em Portugal, quer no país de ascendência, são menores face às dos homens, em especial em cargos de chefia, contestando também a segregação sexual das profissões. Essa realidade distancia-se das opiniões das jovens, na medida em que consideram essa desvantagem injusta por as mulheres terem as mesmas capacidades que os homens.

“(…) há muita distinção, que esse emprego é para mulher e aquele emprego é para homem. (…), porque alguns, para ser chefe de empresa, um chefe tem que ser homem, o dono de uma empresa tem que ser homem, e ainda existe muito isso, esse tipo de cargos maiores sempre foi dado para homem. E não para mulher.” (Nádia, 24 anos, ascendência guineense)

Também a ausência de mulheres negras em posições de liderança é relatada como uma questão problemática, pela parca representatividade que observam em variados contextos profissionais e que influencia a forma como perspetivam as próprias oportunidades laborais.

“(…) eu vejo falta de mulheres em cargos de liderança, eu vejo falta de pessoas negras em cargos de liderança e mesmo fora de cargos de liderança. (…) eu trabalhei no Pingo Doce (…) nós tínhamos mulheres que eram chefe de secção (…). Mas depois as pessoas que eram responsáveis pelas regiões, eram homens. Portanto, elas, se calhar subiam até uma altura. Depois não conseguiam subir mais. (…) então temos muito essa questão, onde é que nós enquanto mulheres conseguimos ir? Onde é que eu, enquanto mulher negra, consigo ir?” (Eliana, 27 anos, ascendência angolana)

As suas vivências enquanto mulheres negras surgem também ao longo das narrativas da maioria das jovens inquiridas, com indicação de desafios enfrentados em diversos contextos, desde escolares, profissionais até experiências em espaços públicos. A combinação de diversas características, tais como ser mulher, negra, filha de pais imigrantes, com identidade/orientação sexual fora de padrões heteronormativos ou com características físicas consideradas distantes dos padrões de beleza instituídos, são enunciadas por se conjugarem e influenciarem a forma como se veem ou sentem ser vistas.

“E eu também acho que o facto de ser uma mulher negra e gorda, por exemplo em trabalhos (…) sentia que estava sempre em desvantagem perante as minhas colegas que estão dentro do padrão de beleza. (…) eu sentia que os chefes me tratavam de maneira diferente devido à minha aparência. (…) Por isso é que eu acho que vou perdendo oportunidades e hei-de perder mais oportunidades ao longo da minha vida devido a isso, devido ao facto de ser como sou. (…) Desde muito nova eu senti que ficava de parte por não ser o que é esperado, por não ser o padrão” (Diana, 24 anos, ascendência angolana e santomense)

Outro dos temas abordados por cerca de quatro entrevistadas, na reflexão realizada sobre o género, diz respeito à imposição de padrões estéticos às mulheres. Neste domínio, o cabelo assume-se como um dos principais exemplos que ilustram esta questão. O processo de assunção do cabelo natural é descrito por refletir o processo de autodefinição que atravessaram durante a juventude, divergindo de imposições estéticas que as jovens consideravam ser nefastas para si.

“(…) fui muito obrigada a confrontar-me com o meu eu (…). Comecei com a parte do cabelo (…) eu não tenho de fazer aquilo que a minha mãe acha que é certo, que era por exemplo, desfrisar o cabelo, e há outras formas e eu vou encontrar outras formas. E bem-dito, bem feito. Eu comecei a encontrar outras formas, deixei de desfrisar o cabelo e foi (…) esta minha teimosia e esta minha curiosidade levou, levaram-me à

peessoa... entrei em desconstrução, tirar toda aquela capa que tinha vestida, e hoje estou assim, meio despida disso tudo. De estigmas da sociedade.” (Andreia, 26 anos, ascendência guineense)

Todavia, esta decisão é descrita por uma das jovens por acarretar consequências. O exemplo sobre a utilização de uma fotografia com o cabelo natural no *curriculum vitae* é dado no sentido de ilustrar de que forma o estigma associado a mulheres negras, e mais especificamente, aos padrões estéticos a si impostos, diminui oportunidades no acesso a emprego a quem não se inserir nos mesmos.

“Por exemplo, eu tenho um bom currículo (...), mas mesmo assim eu quando, as pessoas muitas das vezes dizem, o teu currículo de facto é muito bom, mas não vais ser considerada para esta posição. E eu sei o porquê. Porque o meu CV tem a minha fotografia e estou com o cabelo ao natural e sei que só isso faz com que as pessoas não olhem para o resto do meu CV, eles olham para a fotografia, ai não, desculpa mas não. Tenho a plena consciência disso.” (Olga, 30 anos, ascendência guineense e cabo-verdiana)

O significado de ser mulher foi também abordado ao longo das entrevistas e, perante esta questão, foram partilhadas diferentes definições que interligaram a identidade de género com a origem migrante, identidade étnico-racial ou com projetos de maternidade. Nas narrativas das jovens tornaram-se também patentes as diferentes etapas de passagem da juventude para a *adulthood*, com referência a transições de referências familiares para a construção das suas próprias definições.

“O eu ser uma mulher negra, portuguesa, filha de pais cabo-verdianos, faz de mim uma pessoa extremamente de especial. (...) Faz-me uma pessoa com traumas, também diferentes, medos diferentes e eu sinto que, para a minha identidade, espelhando para o aquilo que os outros podem ver, não é? Enquanto mulher é especialmente assumir que, desde o meu corpo, o meu cabelo, a minha forma de ser, estar, são especiais.” (Neuza, 35 anos, ascendência cabo-verdiana)

“Eu acho que ainda estou a descobrir o que é isso. Porque sou nova e durante algum tempo eu vivi e fui aquilo que as outras pessoas queriam que eu fosse. Muito educada, não vais chumbar, não vais fazer isto, (...). Então eu estou naquela altura, naquela fase em que eu vou fazer porque eu acho que devo fazer, ou porque eu analisei e vi que é isto que eu quero fazer, então ainda estou aqui... a desfazer-me de todas aquelas construções familiares e todas essas coisas” (Raquel, 26 anos, ascendência angolana)

As transições de referências familiares para referenciais próprios são descritas pela maioria das jovens como sendo marcadas pela vontade de se afastarem de um conjunto de características que consideram ser atribuídas às mulheres e que limitam as suas oportunidades e ações. Neste sentido, serem associadas a fragilidade e instabilidade emocional ou sentirem que a sua forma de vestir é julgada, são exemplos de limitações impostas às mulheres, com as quais as jovens discordam.

“Ser mulher influencia porque somos sempre vistas como a pessoa mais frágil, (...) a mulher então tem que ter um comportamento que é imposto pela sociedade, que acaba por ser todos nós, e isso influencia muito e a maioria das vezes, em termos de busca de emprego, de alcançar algum objetivo, por ser mulher às vezes é mais complicado. (...) O que sinto mais é, por ser mulher, em termos de que, se eu visto uma roupa, não posso vestir. Praticamente, é o olhar, o julgamento de eu fazer algo que acham que (...) mulher não tem que fazer, tem que ser só homem.” (Nádia, 24 anos, ascendência guineense)

“Desde sempre, mas como sociedade nós estamos habituadas a ouvir, a mulher é histérica. As mulheres são uma grande parte da comunidade com patologias mentais, claro que são. É óbvio que são. A mulher tem uma pressão gigante e tem uma pressão social que lhe diz que ela não se controla, ela não é capaz e ela tem que ser, e quando ela não consegue, ela é totalmente inútil. E mesmo assim, debaixo de tudo isso, e desde sempre, assim que nasce é assim. Assim que nasce põe uma fitinha na cabeça, põe os brincos nas orelhas e se não meteu uns brincos não é bonita. Desde sempre nós convivemos com isto” (Mónica, 32 anos, ascendência cabo-verdiana)

A análise dos discursos das jovens entrevistadas na presente dimensão fez emergir a centralidade do género no entendimento das fundações da identidade (Kimmel, 2000), com o seu acionamento na abordagem de diferentes esferas da vida social.

Primeiramente, evidenciam-se os processos de identificação face a atributos identitários veiculados pela família ou identificados na sociedade, especialmente devido aos condicionalismos que acarretam. A associação ao trabalho doméstico e do cuidado, à instabilidade emocional ou a padrões estéticos limitativos são exemplos dos condicionalismos enfrentados, descritos pela influência direta nas suas oportunidades e campo de ação, mas também nos seus processos de construção identitária.

São assim identificadas desigualdades em contextos escolares, profissionais e domésticos que remetem as mulheres para papéis de subalternidade, em especial quando são abordados diferentes contextos culturais. O testemunho direto destas assimetrias ou o reconhecimento da sua existência tornam emergentes elementos constitutivos da identidade de género que divergem destes pressupostos e que advogam a importância dos direitos igualitários para as mulheres. Este posicionamento ilustra também o tempo histórico em que as jovens constroem a sua identidade, no qual são presentes lutas pela igualdade de género e combate a diferentes formas de discriminação.

No que concerne a interligações entre diferentes atributos identitários, a que se tornou mais saliente foi a interseção entre identidade de género e identidade étnica. Esta esteve patente nos discursos que abordaram a parca representatividade de mulheres negras em lugares de liderança em contextos profissionais, a influência dos contextos culturais nos papéis de género veiculados pela família ou nos padrões estéticos impostos, dos quais o cabelo se constitui como exemplo. Os processos de redefinição e redescoberta do cabelo natural narrados entrecruzam-se com processos de (re)construção identitária, refletindo as etapas pelas quais as jovens passaram. Neste sentido, é feito um paralelismo com o processo de emancipação face àqueles que consideram ser os estereótipos estéticos impostos pela sociedade às mulheres negras, mas também relativamente às determinações familiares. Esta questão é também abordada por Casimiro (2020) que refere que a assunção do cabelo natural por parte de mulheres negras pode posicionar-se como uma forma de resistência política, mas também ser motivada pela autodescoberta. Não obstante, nas entrevistas realizadas, as jovens descrevem que este processo também acarreta consequências em termos, por exemplo, das oportunidades profissionais.

A identidade de género é também abordada pelo seu cruzamento, não só com a identidade étnico-racial, mas com a orientação sexual ou características pessoais que interagem e se traduzem em dinâmicas de discriminação de carácter penalizador. A interseccionalidade (Crenshaw, 1991) torna-se evidente nos discursos das jovens, em especial, pelo impacto nas representações simbólicas de atributos pessoais. Assim, ser uma mulher negra, que considera não se inserir num padrão de beleza presente na sociedade e que se define como *queer*, apresenta impactos profundos em termos da identidade pessoal, decorrente das desvantagens identificadas nas diversas esferas da vida social.

O carácter processual da construção da identidade de género encontra-se também presente nos discursos das jovens entrevistadas, indo ao encontro da definição que Kimmel (2000) oferece de

identidades de género, na qual é sublinhada a relevância de perspetivar as identidades como um conjunto fluído de significados e comportamentos que se baseiam em imagens, valores ou prescrições que existem nos seus contextos sociais. A transição da juventude para a *adulterez* também se encontra refletida nas autodefinições partilhadas, nas quais são identificados processos marcados pelo afastamento de referências identitárias familiares.

3.3 Mapas de geografias identitárias: identidades étnico-raciais e territoriais

No ponto referente às geografias identitárias foram analisadas as referências étnico-raciais e territoriais evocadas pelas jovens ao longo das entrevistas. Para este efeito, procedeu-se ao mapeamento das coordenadas identitárias partilhadas, bem como dos mecanismos de acionamento dos diversos elementos constitutivos das identidades.

Uma das primeiras interligações realizadas pelas jovens entrevistadas foi a relação entre atributos identitários e locais geográficos específicos. Perante a questão colocada sobre um local onde as jovens sentissem pertencer, foram partilhadas diferentes perspetivas, entre as quais, a identificação com locais circunscritos, tais como a zona em que cresceram ou a própria casa.

“É o Estoril para mim. Aquela parte, o Estoril, do facto de haver ali uma certa liberdade, o cheiro do mar. (...) acho que ali é o meu sítio.” (Andreia, 26 anos, ascendência guineense)

Um grupo de entrevistadas fez a interligação entre o sentimento de pertença a um território com o projeto migratório dos pais, com referência a Portugal e ao país de origem³. De forma a aprofundar o significado do país de ascendência para as jovens, foi colocada a questão sobre a ligação a esse país, que permitiu observar diferentes posicionamentos. Se, para a maioria das jovens, esse território é perspetivado como uma referência geográfica e cultural fundamental para a sua autodefinição, para outro grupo este significado apresenta características mutáveis. A variabilidade apontada decorre entre o reconhecimento que não se enquadrariam no país, apesar de se sentirem ligadas ao mesmo, até um completo despego.

“A Guiné é como se fosse os meus pés, (...) é o contacto de raiz, (...) é de onde eu venho e isso eu não consigo negar. (...), sinto que é onde está toda a minha história, é onde está toda a minha linhagem. Nós, na Guiné, temos muito uma coisa que é o chamado chão, chão di Guiné, ou seja, cada etnia acaba por ter um *tchon*. Um *tchon* é onde estão as tuas raízes (...). (Andreia, 26 anos, ascendência guineense)

“(...) acho que eu não me enquadraria na vida em São Tomé, porque não tem nada a ver com a vida que eu vivo hoje (...). Mas sinto muito que pela minha história familiar e pela minha família vir de lá, sinto que São Tomé também é muito meu. Apesar de nunca ter lá estado e de compreender que existem sim diferenças numa vida e na outra, sinto que São Tomé também é muito meu.” (Rita, 27 anos, ascendência santomense)

“[O que é que São Tomé significa para ti?] Não significa nada. (...) Não tive uma experiência boa. (...). Nós fomos lá em 2016 porque a minha mãe, insistiu um bocadinho, se não, não tínhamos ido (*risos*) e acho que, no primeiro dia, só queria voltar para aqui outra vez.” (Liliana, 29 anos, ascendência santomense)

³ A referência ao país de origem engloba o país de origem dos pais e/ou das jovens, quando estas nasceram fora de Portugal.

Nos discursos partilhados sobressai também o entendimento de que a ligação que mantêm ao país de origem decorre das comunidades coétnicas em que cresceram. As jovens descrevem estas comunidades por identificarem nelas um conjunto de características culturais do seu país de ascendência, que são específicas pelo facto de se terem estabelecido em Portugal, e que permitem uma ligação com a sua ancestralidade.

“Mas a minha ligação, que eu tenho com o que existe de Cabo Verde, é com o que está aqui. Que é as pessoas, aquilo que eu vou recebendo. Continuar a falar crioulo, ou permanecer nos bairros onde nós vemos todas as pessoas, os vizinhos que conhecemos há anos e cumprimentamo-nos. (...) o significado de Cabo Verde, para mim é muito aquilo que está aqui, presente e que eu continuo e faço questão de vivenciar (...). Porque dizer o que significa Cabo Verde fora daqui, eu nunca vivi lá, não é? (...) O que eu conheço de Cabo Verde é aqui, é mais aqui do que lá.” (Neuza, 35 anos, ascendência cabo-verdiana)

Apesar das diferentes perspetivas relativas ao significado do país de origem, todas as jovens referem manter ligações a esse território, promovidas através de diferentes práticas. A primeira diz respeito ao contacto mantido com familiares ou amigos que aí residem. Este contacto é facilitado pelo recurso a tecnologias de informação e é descrito como significativo para a grande maioria, constituindo uma prática que, para além de facilitar a ligação entre territórios e a proximidade à família, permite também ouvir e/ou falar a língua do país, região ou etnia.

Esta proximidade às línguas e dialetos africanos⁴ surge também nas narrativas das jovens como um elo de ligação ao país de ascendência. Para além dos contactos com a família que não reside em Portugal, um grupo de jovens indica os ambientes familiares e os momentos festivos como aqueles em que contactam mais diretamente com as línguas maternas da família. Esta ligação é mais evidente em jovens que nasceram noutros países que não Portugal ou que mantêm fortes ligações a comunidades intraétnicas estabelecidas em território português.

“O crioulo... como hei-de dizer? É como se fosse um orgulho, porque é uma língua diferente, do meu próprio país, e então é isso, é mesmo um orgulho.” (Elisa, 21 anos, ascendência cabo-verdiana)

“[o crioulo e o mandjako] é a minha identidade. Acaba sendo a minha identidade. É mostrar que crioulo é Guiné inteiro e mandjako é aquela pequena etnia que está ali, que é a minha cultura em geral, que é a cultura étnica e que ainda mantém presente e que vai levar a nossa geração e as outras que vêm através, a manterem essa língua, que nos identificam, que nos diferenciam em várias partes do mundo e para mim isso é uma identidade muito importante” (Nádia, 24 anos, ascendência guineense)

Apesar de todas as jovens terem contacto com a língua do país de origem, um segmento das entrevistadas não foi ensinado a falá-la, constituindo esta uma estratégia das famílias para promover a sua integração em Portugal. Neste sentido, falar “português correto” e sem sotaque é perspetivado como um fator que potencia a melhor adaptação ao contexto português. É ainda feita a menção ao estigma associado a quem fala português com sotaque africano, que também sustenta a decisão dos seus pais.

“Os meus pais fizeram questão de não nos ensinar (...) [a] língua não oficial. E eles fizeram sempre questão de falarmos português, porque pronto, tanto em Angola como em São Tomé também se fala português.

⁴ Importa aqui salientar que reconhecemos que o espaço das línguas é um espaço hierarquizado. A título de curiosidade e de forma a exemplificar esta questão, podemos partilhar que no decurso das entrevistas fomos corrigidas por uma jovem que esclareceu que a língua da sua família não era um dialeto, mas sim uma língua não oficial.

Também sinto que eles fizeram isso, que é para nós termos mais oportunidades na vida e não termos o estigma de ser a pessoa com sotaque, apesar de toda a gente ter sotaque, mas como sabemos, o sotaque africano é sempre motivo para fazer-se piada. Eu acho que os meus pais tentaram-nos proteger dessa maneira, a fazer com que nos integrássemos ainda mais na cultura portuguesa, falando português correto.” (Diana, 24 anos, ascendência angolana e santomense)

Outra estratégia de manutenção da ligação ao país de origem diz respeito ao acompanhamento dos eventos sociais, políticos, económicos ou culturais. Cerca de quatro jovens identifica o uso das redes sociais como o principal meio de seguir esses eventos, e outro grupo refere que obtém a informação através de familiares que vivam no país de origem ou que sigam de forma mais próxima os eventos sociopolíticos. No entanto, este acompanhamento é caracterizado pela maioria como disperso e focado em eventos mais significativos.

“[em termos de acontecimento mais gerais, políticos, sociais, costumam acompanhar o que se passa em São Tomé?] Para ser sincera, quase nada. Eu tenho noção de quando são as eleições porque o marido da minha prima costuma estar envolvido nos partidos políticos, então eu tenho mais ou menos noção de quando são as eleições. Sei quem é que está... quem que está no momento no poder, mas de resto não, não acompanho com muita regularidade.” (Rita, 27 anos, ascendência santomense)

De forma mais particular, é indicado o acompanhamento regular destes temas, derivado de uma cultura político-militar existente na família ou como uma estratégia de conhecer melhor a sua ancestralidade, que decorre de iniciativa própria e não por intermédio da família.

“Nós temos amigos e familiares já mais velhos, vão conversando connosco, (...) existe esta cultura forte a nível político e militar na minha família e existe essa necessidade de estarmos sempre atualizados, seja através das notícias, seja através de informações das próprias pessoas que lá estão, os nossos familiares (...) Isso é muito importante para nós e acompanharmos as políticas, o que é que se passa.” (Mónica, 32 anos, ascendência cabo-verdiana)

“(...) a parte social e política, e a minha mãe não manteve. (...) o facto de ela ter optado por esse caminho, fez com que eu e as minhas irmãs não tivéssemos uma ligação com a sociedade angolana. E então, eu venho agora descobrir, eu estou agora a descobrir e tenho o interesse muito grande em perceber como é que as coisas estão lá, já falo com os meus primos sobre isso. Portanto questiono-os também, pergunto como é que as coisas estão, como é que eles se sentem em relação à questão política, que é uma coisa muito importante neste momento” (Eliana, 27 anos, ascendência angolana)

Perante a questão relativa a práticas culturais e tradições do país de origem mantidas em Portugal, promotoras da manutenção da ligação com esse país, a gastronomia é indicada como a forma mais frequente de manter essa ligação. Esta encontra-se presente, sobretudo, em convívios familiares, de maior ou menor escala, tais como casamentos, aniversários ou funerais, descritos como contextos de exibição da identidade étnica.

“Mas também mantemos a cultura, ou seja, mantemos os hábitos, as tradições, as comemorações, as próprias comemorações da terra, que nós comemoramos aqui com a comunidade cabo-verdiana” (Mónica, 32 anos, ascendência cabo-verdiana)

Para além destas estratégias de ligação ao país de origem, um grupo de entrevistadas refere ainda as viagens que realizou ou que realiza regularmente para visitar os seus familiares, como uma forma de conhecer melhor as suas raízes. Cerca de cinco jovens que ainda não tiveram a oportunidade de realizar essa viagem, referem desejar fazê-lo.

Se as referências identitárias alusivas ao país de origem apresentam diferentes características, o mesmo é observável em relação a Portugal. Neste âmbito, uma parte das jovens identifica a sociedade portuguesa como um contexto que permitiu diversificar as suas referências culturais e ter acesso a esferas escolares, profissionais e políticas mais amplas, especialmente enquanto mulheres, assim como a condições socioeconómicas mais favoráveis. Foi em Portugal que nasceram e/ou cresceram e a grande maioria das jovens refere aqui querer continuar a viver.

Este entendimento é entrecruzado com experiências de discriminação vivenciadas em Portugal, que as jovens descrevem por veicularem a mensagem de que não são portuguesas devido ao facto de serem negras. Assim, apesar de existir um sentimento de pertença a Portugal, o mesmo é impactado por serem frequentemente questionadas sobre o país em que nasceram, o que reforça a sua origem migrante e assinala a inexistência de reconhecimento da sua pertença ao território português.

“O facto de os meus pais terem imigrado ou só pelo facto de eu ser negra, já é algo em que a sociedade faz uma... defina um rótulo, acabam por me atribuir um rótulo como se eu não fosse portuguesa. Se for portuguesa, é de nacionalidade, não naturalidade. E isto já faz com que eu não me veja (...) no mesmo círculo que um português, portanto, eu não tenho... não estou na mesma esfera. Ainda que fale a mesma língua, consiga compreender aquilo, toda a lógica cultural, faz com que eu não me veja, porque a sociedade não me vê assim.” (Andreia, 26 anos, ascendência guineense)

A ausência de reconhecimento da sua pertença nacional por parte da sociedade portuguesa é acompanhada de discursos de não pertencimento ao país de origem, onde são consideradas portuguesas.

“Por exemplo, eu estou aqui, estou sempre naquela, por causa da cor, não é? Nunca és verdadeiramente portuguesa, porque não és uma portuguesa, portuguesa. Os teus pais vieram, conseguiste a nacionalidade portuguesa, mas não és bem portuguesa! E depois, quando estou com a minha família, eu digo, ah, mas eu, como angolana. Angolana? (Eu tenho dupla nacionalidade). Angolana? Mas tu não és angolana! Para nós não és angolana, és portuguesa. Mas eu lido, houve ali um tempo em que eu ficava, mas então? Eu não posso ser?” (Raquel, 26 anos, ascendência angolana)

Neste sentido, a nacionalidade assume-se como um dos fatores que influencia o sentimento de pertença a Portugal, mais especificamente, pelos processos de aquisição ou atribuição da nacionalidade portuguesa, ou pelos circuitos percorridos quando se tem uma nacionalidade estrangeira.

À data das entrevistas, todas as jovens tinham nacionalidade portuguesa, mas os processos através dos quais a obtiveram apresentaram diferentes características. Primeiramente, os processos que decorreram sem obstáculos não são descritos como relevantes no seu percurso. No entanto, as vivências das jovens para as quais esse processo foi moroso e pautado por diversos obstáculos foram relatadas como marcantes. A burocratização, a morosidade com que decorreram ou o enquadramento da lei da nacionalidade são descritos como fatores que influenciaram diretamente o processo de aquisição/atribuição da nacionalidade e, conseqüentemente, o sentimento de pertença a Portugal.

As jovens que enfrentaram maiores desafios nesse processo e que mantiveram a nacionalidade estrangeira durante mais anos, referiram também os circuitos que passavam ciclicamente para renovar a autorização de residência como reforçando o sentimento de serem imigrantes em Portugal, apesar de a maioria das jovens ter nascido neste país.

Um dos efeitos de não ter a nacionalidade portuguesa, enunciada por uma das jovens entrevistadas, diz respeito à impossibilidade com que se deparou de votar nas eleições portuguesas, exemplo este que visa ilustrar como se sentia excluída dos processos de participação cívica e reforçava o seu não reconhecimento enquanto cidadã portuguesa.

“Por exemplo, eu não pude votar logo, porque não era considerada cidadã portuguesa, embora seja cidadão portuguesa porque eu nasci, cresci, estudei cá e sempre contribui (...) então eu sentia que era cidadã portuguesa, mas que não era reconhecida como tal. (...) sempre houve um sentimento um pouco agridoce, no sentido que eu sentia-me excluída, de uma parte muito importante, por exemplo, como a parte cívica, em que eu tenho direito de escolher as pessoas para nos governar.” (Olga, 30 anos, ascendência guineense e cabo-verdiana)

Outro fator enunciado pelo seu efeito no sentimento de pertença a Portugal, diz respeito às vivências de discriminação racial. Estas foram abordadas pela maioria das entrevistadas que relatou episódios que aconteceram desde a sua infância até ao momento em que participaram no presente estudo. Estes eventos são descritos por envolverem insultos baseados em estereótipos racializados, microagressões, limitações de oportunidades ou a ausência de reconhecimento da sua pertença em determinados contextos, desde profissionais, escolares ou residenciais.

“Influencia no sentido em que, eu com 9 anos era apenas a Lena. E depois eu vim para aqui e fui para a escola. E alguém chamou-me de preta. E eu reconheci-me naquela altura como uma menina preta. (...) A mim foi imposta essa posição.” (Eliana, 27 anos, ascendência angolana)

“(…) ver os comentários que as pessoas faziam, ‘os pretos todos deviam ser metidos num barco, os barcos deviam ser queimados’, ‘eles deviam todos voltar para África’, ‘eles deviam é estar orgulhosos de viver cá em Portugal e não ser arrogante e estarem agradecidos’. Ah... todos esses comentários de pessoas que eu não conheço, feriram-me completamente (...) eu caí no estereótipo de... A mulher negra, quando os negros são associados a burrice eu pego e meto-me dentro deste estereótipo, então eu duvido sempre da minha intelectualidade” (Diana, 24 anos, ascendência angolana e santomense)

Os discursos das jovens tornaram também salientes as diversas etapas pelas quais passaram como forma de lidar com as experiências de racismo. As fases enunciadas, desde a infância até à *adulthood*, são descritas pelas diferentes formas como procuraram integrar a sua representação enquanto mulheres negras como elemento constitutivo da sua identidade. Estas fases decorreram desde o seu entendimento como algo negativo até à procura de reconhecimento, numa perspectiva de autoafirmação.

“(…) enquanto criança e enquanto adolescente, o facto de ser negra sempre foi um aspeto negativo. E a partir do momento em que eu passei para o outro lado de, sim, eu sou negra, mas eu tenho orgulho disso (...) [qual foi o *turning point*?] foi a licenciatura (...) o facto de estar num curso onde haviam várias mulheres negras, que tinham um background muito similar ao meu, filhas de mães imigrantes, famílias monoparentais. Que as mães passavam dificuldades financeiras.” (Iris, 26 anos, ascendência guineense)

“É o sistema, é a sociedade em que nós vivemos. Não tem a ver diretamente comigo. (...) faz-me ter a consciência de, a qualquer lugar que eu vá, eu sou uma mulher negra e serei sempre uma mulher negra aos olhos das pessoas. Obrigou-me a trabalhar um bocado em mim, a olhar para mim e... a cultivar aquilo que eu sou para mim mesma e também ter mais noção, estar mais atenta aos desafios que eu... aos desafios que me esperam simplesmente por ter esta cor de pele.” (Olga, 30 anos, ascendência guineense e cabo-verdiana)

Nas narrativas sobre as etapas que as jovens passaram, um grupo de entrevistadas sublinhou a relevância do envolvimento em grupos e movimentos com intervenção nas áreas da negritude, feminismo e

mulherismo⁵, bem como o contacto com literatura produzida por autoras negras e feministas. Estes contactos foram descritos por ampliar os conhecimentos sobre estas matérias, numa perspetiva de partilha com pessoas com vivências semelhantes, como forma de lidar com as suas experiências negativas, mas também por terem permitido uma intervenção concreta na luta pelos seus direitos.

“Eu tenho algumas autoras, que são mesmo para mim muito importantes (...) A Grada Kilomba, ela é fantástica e ajudou-me muito, especialmente nesta questão de ter de levar com comentários racistas frequentemente, por parte da minha chefe. (...) fez-me perceber, que isto não é só contigo, isto acontece por estas razões e também há algum trabalho que tem de ser feito por ti mesma. (...) É como se fosse uma comunidade, que não está fisicamente presente, mas que os livros fazem com que esteja sempre comigo.” (Olga, 30 anos, ascendência guineense e cabo-verdiana)

“(...) houve uma altura que eu comecei a dizer, eu estava cega. Eu estava mesmo, para certas questões. Ou seja, eu vivia na pele, o facto de ser mulher e o facto de eu ser negra, mas não fazia nada em relação a isso, para além de falar com a minha família. E agora eu vou. Eu vou, eu vou para a assembleia, eu tenho, tenho reuniões com pessoas representantes do governo (...). Então eu estou envolvida, não só como espectadora, mas também como alguém que está a mover as águas, para que as coisas mudem.” (Eliana, 27 anos, ascendência angolana)

As múltiplas interligações entre os sentimentos de pertença a Portugal ou ao país de origem traduzem-se em diferentes autodefinições por parte das jovens entrevistadas. Se, para a maioria das jovens, as referências portuguesas e do país de ascendência fazem parte da sua identidade e emergem em diferentes contextos, para outro grupo esta articulação é descrita como mais desafiante, com a manifestação do sentimento de não pertencer de modo efetivo a algum dos territórios.

“Eu sinto que eu não tenho um país de nascença (...). Eu nasci em Angola, mas cresci cá. Eu tinha nacionalidade santomense, mas nunca fui para lá então, eu digo, normalmente eu digo que eu sou uma cidadã do mundo, porque eu não sinto que pertenço a lado nenhum. Porque, em Angola, se eu for para Angola, eu vou ser demasiado portuguesa para ser angolana. Se for para São Tomé, não tenho ligações porque não nasci lá, e cá em Portugal, apesar de crescido cá, há sempre uma desconexão no sentido do racismo, de sentir que por ser negra vou perder oportunidades de emprego e que sinto que já perdi também. Então existem coisas nos três lugares que fazem com que eu não consigo identificar com, nem me sentir ligada a.” (Diana, 24 anos, ascendência angolana e santomense)

É ainda apresentada a opção por uma definição alternativa, o de mulher negra portuguesa, indicada por cerca de cinco jovens. Esta definição torna saliente a reivindicação de um lugar na sociedade que mobiliza a ascendência africana, a nacionalidade portuguesa e a condição de ser mulher, e reflete as vivências específicas que decorrem desta combinação. Utilizada numa perspetiva de autoafirmação, visa a ocupação de um lugar específico na sociedade portuguesa.

“Acho que a primeira coisa que eu diria, é que sou uma mulher negra de classe trabalhadora” (Iris, 26 anos, ascendência guineense)

No presente ponto, a análise dos discursos das jovens entrevistadas fez emergir um conjunto de coordenadas identitárias que permitem desenhar um mapa intrincado de referências identitárias.

Primeiramente, torna-se evidente que os referenciais identitários étnico-raciais e territoriais narrados se caracterizam pela sua pluralidade. Desde a identificação com locais específicos, como o local

⁵ O feminismo diz respeito a conjunto de movimentos sociais que lutam pelos direitos das mulheres na sociedade. O mulherismo constitui-se como uma forma de feminismo que se foca nas mulheres negras, combatendo simultaneamente o sexismo e o racismo.

em que cresceram, até à identificação de Portugal e do país da sua ancestralidade como os seus locais de pertença, as narrativas partilhadas apresentam diferentes posicionamentos.

No que diz respeito ao país de origem, a pluralidade de referências identitárias reflete-se na variação que decorre entre a ocupação de um lugar central deste território nas suas autodefinições, até um total desapego relativamente ao mesmo. A ligação ao país de ascendência decorre também das comunidades coétnicas em que as jovens cresceram, que se assumem como a versão transformada da cultura de origem, consequência da adaptação progressiva ao contexto migratório (Machado & Matias, 2006).

As ligações aos países da sua ancestralidade são especialmente acionadas na esfera familiar, promovidas pelas práticas transnacionais mantidas. Tal como referido por Vertovec (2001), estas práticas constituem-se como essenciais nos processos de construção identitária, na medida em que as vivências não se circunscrevem a um espaço geográfico, mas que antes permitem a construção de reportórios de significado resultantes de cada um dos territórios com os quais existe uma ligação. É assim através do contacto com familiares e amigos que residem no país de origem, do acompanhamento de eventos sociais, culturais e políticos que aí decorrem, de viagens a esses territórios e da manutenção de práticas tradicionais, das quais se destaca a gastronomia, que estas práticas transnacionais se mantêm.

Na descrição das práticas mantidas, a língua é também narrada como um marcador da identidade étnica, acionado no contacto com familiares ou em eventos culturais mantidos em Portugal, constituindo-se estes contextos privilegiados de exibição da identidade étnica. Apesar da relevância identificada, é indicada a estratégia, adotada por algumas famílias, de não ensinar as línguas africanas às jovens, pelo entendimento de que falar “português correto” se constitui como um elemento promotor da integração em Portugal. O domínio da língua portuguesa é um fator incluído por Machado (2002) na matriz de etnicidade proposta pelo autor, que refere que se constitui como uma das três dimensões que compõem o eixo cultural, e que na sua combinação, podem conduzir a situações de continuidade ou contraste com a população maioritária.

No que se refere aos sentimentos de ligação a Portugal, estes são entrecruzados por sentimentos de pertença, por se constituir o país em que nasceram ou cresceram, e por sentimentos de exterioridade, veiculados pelas categorias sociais a que são remetidas, em especial, a categoria de imigrante. A exterioridade face à sociedade portuguesa é reforçada pelos processos de aquisição ou atribuição da nacionalidade portuguesa, pelos circuitos frequentados enquanto cidadãs estrangeiras e pelas vivências de discriminação racial, que compõem os seus reportórios desde a infância.

Relativamente à questão da nacionalidade, as narrativas das jovens encontram paralelismo no estudo realizado por Machado (2006) sobre questões identitárias de descendentes de imigrantes africanos em Portugal, que indica que ter nacionalidade portuguesa, em conjugação com outros fatores, contribui para a maior identificação com Portugal.

No que concerne às vivências de discriminação racial, a transversalidade do tema tornou evidente o seu impacto nos processos de construção identitária das jovens participantes. Não tendo ocupado um espaço de destaque no enquadramento teórico que suportou a presente investigação, a componente

empírica desenvolvida revelou a centralidade desta temática nas experiências de um largo segmento de jovens que participaram no estudo. O facto de serem mulheres negras é descrito como um elemento de alteridade prescrito pela sociedade, limitador de oportunidades e ações, que impacta de forma robusta a sua identidade social e, por conseguinte, a sua identidade pessoal.

As experiências de discriminação racial são evocadas desde a infância, decorrentes de interações sociais que remetem para determinadas posições na sociedade e que reforçam o entendimento de alteridade. Neste sentido, as jovens lidam com a dissonância de, pelo facto de serem mulheres negras, a sua ocupação de determinados lugares não ser legitimada. Estas vivências são principalmente reclamadas por mulheres que ocupam espaços de descontinuidade cultural, seja em contextos profissionais, escolares ou residenciais. Ademais, é referida a relação das categorias sociais para as quais são remetidas com estereótipos pejorativos associados às pessoas negras, que impactam o entendimento de si próprias e que condicionam os processos de construção identitária.

As fases enunciadas, desde a infância até à *adulthood*, são descritas pelo modo como procuraram aceitar-se a si próprias e integrar a sua representação enquanto mulheres negras como elemento constitutivo da sua identidade. Nestas etapas é indicada a relevância dos processos de identificação que decorreram do envolvimento com as áreas da negritude e feminismo, assim como do contacto com obras literárias de mulheres negras, feministas, tornando-se saliente a interligação entre elementos constitutivos da identidade étnico-racial e de género.

O impacto destas vivências de discriminação nos processos de construção identitária é espelhado na formulação de uma autodefinição que reivindica um lugar específico na sociedade, o de mulher negra portuguesa de classe trabalhadora. Esta definição, que mobiliza as identidades de género, étnico-raciais e de classe, reivindica o reconhecimento das múltiplas desvantagens e discriminações resultantes da combinação destes elementos constitutivos das identidades, situando-as em contextos políticos, sociais e históricos, tal como referido por Symington (2004). Este reconhecimento, como define Calhoun (1994) apresenta uma componente política e de poder, associado a uma procura por legitimação, decorrente da interligação entre as identidades e dinâmicas de discriminação, numa perspetiva de autoafirmação e identidade pessoal positiva (Crenshaw, 1991).

A análise das geografias identitárias das jovens mulheres afrodescendentes permite delinear um mapa de ligações plurais e complexas. Verifica-se assim que os processos de construção identitária decorrem no espaço que existe entre uma identidade territorial ligada a dois (ou mais) países e o facto de não se sentirem reconhecidas plenamente por qualquer um desses territórios. A forma como as jovens acomodam estas representações simbólicas nas suas identidades apresenta múltiplas configurações, desde a articulação das diferentes identidades territoriais que são acionadas em diferentes contextos, até à ausência de pertencimento a qualquer território, escolhendo definir-se como cidadãs do mundo.

Conclusão

Os processos de construção identitária constituíram a base da investigação conduzida com o propósito de observar os elementos constitutivos da identidade de jovens mulheres afrodescendentes. A concretização da componente empírica de carácter qualitativo, apoiada nos fundamentos teóricos e conceptuais mobilizados, envolveu um painel de 13 jovens mulheres, com idades compreendidas entre os 21 e 35 anos de idade, de ascendência africana e com origem migratória. As entrevistas semiestruturadas realizadas permitiram aceder a discursos que confirmaram a pluralidade, bem como o carácter inacabado das identidades, tendo emergido representações simbólicas de atributos identitários pessoais e sociais que afastam qualquer perspectiva homogeneizadora sobre descendentes de imigrantes, mais especificamente, sobre mulheres afrodescendentes.

Primeiramente, a opção de mobilizar a lente de género permitiu aceder a um conjunto de vivências específicas que, de outra forma, se tornariam invisíveis. Ser mulher assume-se como um elemento identitário fundamental, que conduz a experiências singulares nas diversas esferas da vida social e que se encontram intimamente ligadas a processos de identificação. Estes processos decorrem em relação a papéis sociais de género e tornam evidente um afastamento de pressupostos culturais e sociais que impactam a vida das mulheres, por as remeterem a papéis de subalternidade.

É face a estes pressupostos que emergem as principais descontinuidades relativamente às orientações culturais de origem, que se espelham nas diferentes etapas de transição para a vida ativa. A conclusão e reinício das trajetórias escolares, a saída da casa da família fora de projetos de conjugalidade ou o estabelecimento de relações conjugais afastadas de padrões heteronormativos, são exemplos das descontinuidades enunciadas. Perante os atributos sociais de género considerados restritivos, tornam-se salientes elementos constitutivos da identidade alternativos, baseados em pressupostos de igualdade de género que se alinham com a etapa da juventude e com o tempo histórico em que se encontram.

Todavia, a identidade de género não surge de forma isolada, mas antes apresenta um conjunto de interligações incontornáveis, uma das quais com a identidade étnico-racial. Ser uma mulher negra constitui-se como um elemento fundamental nos processos de construção identitária, em especial, pelas vivências de discriminação racial nas diversas esferas da vida social. O racismo é denunciado pelas consequências penalizadoras nas autodefinições e os percursos de integração de atributos sociais associados a esquemas racializados são descritos como longos, antecedendo à sua infância.

A procura das suas coordenadas geográficas identitárias assume-se como outra das facetas dos processos de construção identitária relatados, entrecruzadas por diferentes sentimentos de ligação territorial a Portugal e aos países da sua ancestralidade. A ligação aos territórios de origem é ampliada pelas práticas transnacionais mantidas e que tornam a identidade étnica saliente, evidenciando o significado emocional e cognitivo que a etnicidade transporta. É nos contextos familiares, em especial nos eventos festivos e práticas culturais do país de origem, que as orientações culturais de

origem se encontram mais presentes, mesmo quando as jovens já constituíram a sua unidade autónoma em termos habitacionais.

A origem migrante constitui-se como outro marcador identitário incontornável, quer pelo significado dos desafios enfrentados pela família, quer pela sua inserção em comunidades intraétnicas, nas quais a versão transformada da cultura de origem se assume como um contexto relevante nos processos de construção identitária.

Nas geografias identitárias surge também a identidade territorial portuguesa, marcada por sentimentos de pertença a Portugal por ser o país onde nasceram e/ou cresceram, que se entrecruzam com a ausência de reconhecimento da sua pertença ao território português por parte da sociedade portuguesa, associada às vivências de discriminações raciais.

As representações simbólicas dos atributos identitários caracterizam-se também pelas oscilações que apresentam ao longo da vida. A identidade de género, a identidade étnico-racial ou territorial são caracterizadas pelo seu carácter inacabado, bem como pela sua mutabilidade. Assim, ao longo das diferentes etapas da sua vida, são enunciadas diferentes representações sociais que se alteraram, fruto das suas vivências. Destas são exemplo a frequência do ensino superior e participação em grupos de intervenção, com foco nos temas da africanidade, negritude e feminismo, ou o contacto com literatura produzida por autoras negras e feministas.

A complexidade e pluralidade das referências identitárias não permite que os resultados obtidos sejam perspectivados como generalizáveis, o que também não seria pretendido com um estudo de natureza qualitativa. Existem outros limites do presente estudo que necessitam de ser apontados, nomeadamente, a influência de dimensões nos processos de construção identitária que não foram contempladas na presente investigação, bem como o facto de não ter sido possível identificar dinâmicas de ocultação nas narrativas das entrevistadas. Esta impossibilidade pode-se relacionar com o tema do próprio estudo que, incidindo sobre processos identitários, pode ter solicitado um conjunto de dinâmicas de acionamento de identidades específicas em resposta aos objetivos da investigação.

Todavia, foi possível aceder a singularidades que decorreram do objetivo estabelecido, de focar as interligações entre ser mulher, jovem e ter origem migrante. Uma das principais formulações identitárias que permitiu observar estas interligações foi a autodefinição de mulher negra portuguesa, que mobiliza referenciais identitários de género, étnico-racial e territorial, numa perspetiva de autoafirmação e de reivindicação do reconhecimento de discriminações interseccionais vivenciadas.

A indagação de como estas dimensões se entrecruzam nos processos de construção identitária visou assim dilatar o raio de visão analítico e não o cingir a uma única dimensão. Esta abordagem pode constituir-se como um ponto de partida para analisar outras matérias relacionadas com descendentes de imigrantes, permitindo a emergência de vivências singulares, que afastam qualquer visão homogeneizadora sobre estas jovens mulheres e homens.

Referências Bibliográficas

- Albuquerque, R. (2013). *Associativismo, capital social e mobilidade: contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal*. ACIDI.
- Amâncio, L. & Oliveira J. M. (2014). Ambivalências e desenvolvimentos dos estudos de género em Portugal. *Centro de Estudos sobre a Mulher – UNL*, 1-21. <http://hdl.handle.net/10071/8956>
- Archibald, M., Ambagtsheer, R., Casey, M. & Lawless, M. (2019). Using Zoom videoconferencing for qualitative data collection: perceptions and experiences of researchers and participants. *International Journal of Qualitative Methods* (18), 1-8. <https://doi.org/10.1177/1609406919874596>
- Borges, M. (2010, julho). *Migrações e Género: Acerca das migrações guineenses em Portugal*. 7º Congresso Ibérico de estudos africanos, Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/2317>
- Bryman, A. (2012). *Social research methods* (4ª edição). Oxford.
- Calhoun, C. (1994). Social Theory and the Politics of Identity. Em C. Calhoun (Ed.), *Social Theory and the Politics of Identity* (pp. 9-36). Blackwell Publishers.
- Casimiro, L. (2020). *Mulheres negras e o cabelo: Racismo, sexismo e resistência*. [Dissertação de mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/22249>.
- Castells, M. (2003). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura: Vol. 2. O poder da identidade*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castles, S. & Miller, M. (2013). *The age of migration*. Palgrave Macmillan.
- Christensen, A., & Jensen, S. (2012). Doing intersectional analysis: methodological implications for qualitative research. *NORA – Nordic Journal of Feminist and Gender Research*, 20(2), 109-125. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08038740.2012.673505>
- Collins, P. (2000). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (2ª edição). Routledge.
- Connell, R. W. (2005). *Gender*. Polity Press.
- Costa, A. F. (2002). Identidades culturais urbanas em época de globalização. *RBCS*, 17(48), 15-29. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000100003>.
- Costa, A. F. (2008). *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural* (2ª edição). Celta Editora.
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241-1299. <https://doi.org/10.2307/1229039>
- De Rudder, V. (1998). Identité, origine, étiquetage. *Journal des anthropologues*, 72-73, 31-47. <https://doi.org/10.4000/jda.2697>
- Derrida, J. (1972). Différance. Em P. Du Gay, J. Evans & P. Redman (Eds.), *Identity: a reader* (pp 87-93). Sage Publications Ltd.
- Dias, N. (2010). Género, Mobilidades e serviço doméstico: números e tendências da imigração feminina em Portugal. *DINÂMIA 'CET-WP - Working paper 2010/06*. <http://hdl.handle.net/10071/3682>
- Donald, J., & Rattansi, A. (1992). *'Race', culture & difference*. Sage Publications, Ltd.
- Dubar, C. (1998). Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação & Sociedade*, 19(62), 10-13. <https://doi.org/10.1590/S0101-73301998000100002>
- Ennes, M., & Marcon F. (2014). Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Sociologias*, 16(35), 274-305. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222014000100010>
- Fati, D. (2016). *Trajetórias familiares e vivências escolares: projetos de vida e processos identitários nos descendentes de imigrantes guineenses na Escola Secundária de Odivelas*. [Dissertação de mestrado]. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Fernandes, A. T. (2008). Identidades reflexivas e acção social. Em A. Torres & L. Baptista (Orgs.), *Sociedades Contemporâneas. Reflexividades e Acção* (pp. 207-215). Edições Afrontamento.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity*. Polity Press.

- Góis, P., & Marques, J. C. (2018). Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. *E-cadernos CES*, 29, 125-152. <https://doi.org/10.4000/eces.3307>
- Guerreiro, M. D., & Abrantes, P. (2005). *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. http://cite.gov.pt/imgs/downlds/Transicoes_Incertas.pdf
- Guerreiro, M. D., Abrantes P., & Pereira, I. (2007). Transições na juventude: percursos e descontinuidades. Em M.D. Guerreiro, A. Torres & L. Capucha (Orgs.) *Quotidiano e Qualidade de Vida (Portugal no Contexto Europeu)* (pp. 239-262). Celta Editora.
- Hall, S. (1990). Cultural identity and diaspora. Em J. Rutherford (Ed.), *Identity: Community, Culture, Difference* (pp. 222-237). Lawrence & Wishart.
- Hall, S. (1992). New ethnicities. Em J. Donald & A. Rattansi (Eds.), *'Race', culture & difference*. (pp. 252-259). Sage Publications, Ltd.
- Hall, S. (1996). Introduction: Who needs 'Identity'? Em S. Hall & P. Du Gay (Eds.), *Questions of Cultural Identity* (pp. 1-7). Thousand Oaks.
- Khalil, A. & Cowie, B. (2020). A research note: Video conferencing interviews. *Waikato Journal of Education*, 25(1), 101-107. <https://doi.org/10.15663/wje.v25i0.778>
- Kimmel, M. (2000). *The gendered society*. Oxford University Press.
- Kosminsky, E. (2004). Questões de género em estudos comparativos de imigração: mulheres judias em São Paulo e em Nova York. *Cadernos Pagu* (23), 279-328. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000200010>.
- Lobe, B., Morgan, D. & Hoffman, A. (2020). Qualitative Data Collection in an Era of Social Distancing. *International Journal of Qualitative Methods* (19), 1-8. <https://doi.org/10.1177/1609406920937875>
- Machado, F. L. & Matias, A. R. (2006). Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica. *CIES e-Working Paper* (13/2006). <http://hdl.handle.net/10071/176>
- Machado, F. L. (1994). Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade. *Sociologia e Práticas*, 16, 111-134. <http://hdl.handle.net/10071/925>
- Machado, F. L. (2002). *Contrastes e Continuidades: Migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Machado, F. L. (2008). Filhos de imigrantes africanos no mercado de trabalho: acessos, perfis e trajetórias. *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, 2., 121 – 158. <http://hdl.handle.net/10071/8097>
- Marcon, F. (2013). O kuduro como expressão da juventude em Portugal: estilos de vida e processos de identificação. *Sociedade e Estado*, 28(1), 75-90. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000100005>
- Mateus, S. (2013). “As classificações classificam os classificadores?” Notas sobre os processos de categorização na construção de conhecimento sobre os descendentes de imigrantes. *CIES Working Paper* (144/2013). <http://hdl.handle.net/10071/5001>
- Mateus, S. (2014). *Futuros convergentes? Processos, dinâmicas e perfis de construção das orientações escolares e profissionais de jovens descendentes de imigrantes em Portugal*. [Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/8783>
- Neves, S., & Miranda, J. (2011). Introdução: Género e Migrações. *Ex aequo*, 24, 9-12.
- Neves, S., Nogueira, C., Topa, J., & Silva, E. (2016). Mulheres imigrantes em Portugal: uma análise de género. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 33(4), 723-733. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752016000400015>
- Nico, M. (2009). Carreira e eventos na idade jovem-adulta: uma análise exploratória dos percursos para a adultez. *CIES e-Working Paper* (77/2009). <http://hdl.handle.net/10071/1538>
- Nico, M. (2011). *Transição Biográfica Inacabada: Transições para a vida adulta em Portugal e na Europa na perspetiva do curso de vida*. [Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/8365>
- Oliveira, C. R. (2020). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2020*. Observatório das Migrações.

- ONU (2014). *Resolução 68/237 Proclamation of the International Decade for People of African Descent*. https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/68/237
- Ortiz, A. (2013). Identidades, pertencas e afinidades dos jovens descendentes de imigrantes africanos na Área Metropolitana de Lisboa. *Revista Migrações*, 11, 157-184.
- Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude - alguns contributos. *Análise Social*, XXV (105-106), 139-165. <https://www.jstor.org/stable/41010794>
- Pais, J. M. (1993). *Culturas Juvenis*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Peixoto, J. (2007). Dinâmicas e regimes migratórios: a caso das migrações internacionais em Portugal. *Análise Social*, XLII (183), 445-469.
- Peralva, A. (2007, julho). Projeto nova agenda para a coesão social na democracia na América Latina Em *Globalização, migrações transnacionais e identidades nacionais*. Instituto Fernando Henrique Cardoso, São Paulo, Brasil. <https://core.ac.uk/download/pdf/50542154.pdf>
- Pereira, I. (2002). Identidades em rede. Construção identitária e movimento associativo. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 40, 107-121.
- Pereira, S. (2016). *Vidas que se contam – Os Impactos da experiência EFA nas trajetórias de vida de imigrantes e descendentes de imigrantes* [Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/14152>
- Phoenix, A., & Pattynama, P. (2006). Intersectionality. *European Journal of Women's Studies*, 13(3), 187-192. <https://doi.org/10.1177/1350506806065751>
- Pinto, J. M. (1991). Considerações sobre a produção social de identidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, 217-231.
- Pires, R. P. (2003). *Migrações e integração: Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Celta Editora.
- Pires, S. (2009). *A segunda geração de imigrantes em Portugal e a diferenciação do percurso escolar: jovens de origem cabo-verdiana versus origem hindu-indiana*. ACIDI.
- Portes, A., Haller, W., & Fernández-Kelly, P. (2008). Filhos de imigrantes nos Estados Unidos. *Tempo Social*, 20(1), 13-50. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702008000100002>.
- Ramos, A. (2019). *O (In)sucesso escolar dos alunos descendentes de imigrantes: caso dos alunos de origem cabo-verdiana*. [Tese de mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/20490>
- Raposo, O. (2010). “Tu és rapper, representa Arrentela, és red eyes gang”: sociabilidades e estilos de vida de jovens do subúrbio de Lisboa. *Sociologia, Problemas e Práticas* 64, 127-147. <http://hdl.handle.net/10071/2747>
- Raposo, O., Alves, A. R., Varela, P., & Roldão, C. (2019). *Negro drama*. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 119, 5-28. <https://doi.org/10.4000/rccs.8937>
- Rattansi, A. (1992). Changing the subject? Racism, culture and education. Em J. Donald & A. Rattansi (Eds.), *'Race', culture & difference* (pp. 11-48). Sage Publications, Ltd.
- Rattansi, A. (1994). 'Western' racisms, ethnicities and identities in a 'postmodern' frame. Em A. Rattansi & S. Westwood (Eds.), *Racism, Modernity & Identity* (pp. 15-86). Polity Press.
- Roldão, C. (2015). *Fatores e Perfis de Sucesso Escolar “Inesperado”: Trajetos de Contratendência de Jovens das Classes Populares e de Origem Africana* [Dissertação de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/9342>
- Rumbaut, R. (2004). Ages, life stages, and generational cohorts: decomposing the immigrant first and second generations in the United States. *International Migration Review*, 38(3), 1160-1205. <http://www.jstor.org/stable/27645429>
- Said, E. (1990). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das Letras.
- Santos, A., & Vasconcelos, P. (2019). O ativismo negro em Portugal: dinâmicas e reivindicações. *Migrações*, 16, 80-96.
- Seabra, T., & Rodrigues, E. (2014). Trajetórias escolares e contextos familiares: comparação entre alunos autóctones e de origem imigrantes (indiana e cabo-verdiana). Em M. Silva (Ed.), *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo: migrações, minorias étnicas e contextos escolares*. (pp. 255-272). Edições Afrontamento.
- Seabra, T., Roldão, C., Mateus, S., & Albuquerque, A. (2016). *Caminhos escolares de jovens africanos (PALOP) que acedem ao ensino superior*. ACM.

- Seabra, T., Mateus, S., Matias, A., & Roldão, C. (2018). Imigração e escolaridade: trajetos e condições de integração. Em R. M. Carmo (Ed.), *Desigualdades sociais: Portugal e a Europa*. (pp. 301-314). Mundos Sociais.
- SEF/GEFP (2020). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2019*. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Serrano, E. (2019). Espanhas Afrofemeninas: Identidades afroespañolas en el discurso de las pensadoras-activistas negras españolas. [Tese de mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/19617>
- Silva, A. S. (1996). Identidades sociais: continuidade e mudança. Em *Dinâmicas multiculturais, novas faces, outros olhares: Actas das sessões Plenárias do II Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Vol 1*. (pp. 25-29). Instituto de Ciências Sociais da Unidades de Lisboa.
- Silva, E. (2014). *Conciliação pessoal, familiar e profissional de mulheres imigrantes residentes no distrito de Braga* [Tese de Doutoramento]. Universidade do Minho.
- Somers, M., & Gibson, G. (1994). Reclaiming the Epistemological “Other”: Narrative and the Social Constitutions of Identity. Em C. Calhoun (Ed.), *Social Theory and the Politics of Identity* (pp. 37-99). Blackwell Publishers.
- Symington, A. (2004). Intersectionality: A tool for tender and economic justice. *Women’s Rights and Economic Change*, 9, 1-8.
- Tavares, L. (2019). *Jovens Adultos Descendentes de Imigrantes Africanos em (Dis)posições de Destaque: Um Estudo sobre Percursos de Mobilidade Ascendente sobre as Minorias*. [Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/19809>
- Taviani, E (2019). Das políticas de habitação ao espaço urbano: trajetória espacial dos afrodescendentes na Área Metropolitana de Lisboa. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 38, 57-78. <http://dx.doi.org/10.15847/citiescommunitiesterritories.jun2019.038.art01>
- Vertovec, S. (2001). Transnationalism and identity. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 27(4), 573-582.
- Westin, C. (2010). Identity and inter-ethnic relations. Em C. Westin, J. Bastos, J. Dahinden & P. Góis (Eds.), *Identity Processes and Dynamics in Multi-Ethnic Europe* (pp. 9-52). Amsterdam University Press. <https://www.jstor.org/stable/j.ctt46mvd1>
- Yamanaka, K., & Piper, N. (2005). *Feminized migration in East and Southeast Asia: Policies, Actions and Empowerment. UNRISD Occasional Paper*. [http://www.unrisd.org/80256B3C005BB128/\(httpHomepages\)/\\$first?OpenDocument](http://www.unrisd.org/80256B3C005BB128/(httpHomepages)/$first?OpenDocument)
- Yang, P. (2000). *Ethnic studies: issues and approaches*. State University of New York Press.

Anexos

Anexo A - Guião das entrevistas

Propriedades individuais, contextos e transições doméstico/familiares

Podias falar-me um pouco sobre ti?

Onde nasceste? Qual a tua nacionalidade?

Que idade tens?

Onde vives? Sempre viveste aí?

Com quem vives?

Quando saíste da casa dos teus pais⁶? Como foi essa experiência? (Se se tiver autonomizado)

Quando vivias com os teus pais tinhas/Tens tarefas que os teus pais esperavam que fizesses? Eram iguais às dos teus irmãos e irmãs?

Podias falar-me sobre a tua família? (pais, irmãos, cônjuge, filhos, ...)

Algum desses elementos teve/tem uma especial influência sobre ti, sobre quem tu és? Podias falar-me um pouco sobre isso?

Trajectoria migratória da família

Gostava de que me descrevesse a experiência de imigração dos teus pais.

Em que país(es) nasceram os teus pais? Qual a sua nacionalidade?

Podias falar-me sobre a vinda dos teus pais para Portugal? (com que idade chegaram, chegaram os dois juntos, conheciam alguém em Portugal, o que os motivou a imigrar)

Sabes como foi a experiência de chegada a Portugal para a tua mãe? E para o teu pai?

Para onde foram viver? Viviam perto de outras pessoas do seu país de origem ou que também tivessem imigrado?

Qual o significado do país de origem dos teus pais para ti? Consideras que influencia como te defines?

Mantêm contacto com o país de origem dos teus pais? Com familiares ou amigos?

Costumas acompanhar o que acontece na política ou outros assuntos (consulta de jornais, canais televisivos)?

Já viajaste para o país de origem dos teus pais? Se não o fizeste, gostavas de o fazer? Porquê?

E o facto de os teus pais serem imigrantes? De que forma influencia a forma como te vês? E a forma como os outros te veem?

⁶ Mãe/pai/cuidador ou cuidadora

Conjugalidades e contexto familiar próprio

Gostava de que me falasses sobre as relações amorosas ou namoros.

Neste momento estás nalguma relação? Onde conheceste o/a teu/tua companheiro/a?

O/A teu/tua parceiro/a é de que nacionalidade? Tem origens migrantes? Como é a relação dele/a com a tua família? Como é que a tua família vê a vossa relação?

Tens filhos? É um projeto teu, seres mãe?

Qual o papel da maternidade (ou projeto de maternidade) na pessoa que és?

O que pensas ser importante transmitir aos teus filhos? Em termos da tua família ou do/a teu/tua parceiro/a.

Trajelórias escolares

Gostava de falar sobre o teu percurso escolar

Estás a estudar ou já concluíste a escola?

Até que ano estudaste? Em que área? Era o teu objetivo?

Quais eram as expetativas da tua mãe, relativamente ao teu percurso escolar? E do teu pai?

Sentes que eram as mesmas expetativas que tinham relativamente aos teus irmãos ou irmãs? (se pertencer a uma fratria)

Qual é a escolaridade dos teus pais? Consideras que a escolaridade do teu pai e da tua mãe influenciou o teu percurso?

Trajelórias profissionais

Sabes em que área os teus pais trabalham/trabalhavam antes de vir para Portugal? E depois de virem para Portugal?

Como tem sido a situação de trabalho da tua mãe? E do teu pai?

E tu, trabalhas ou já trabalhaste?

Como foi para ti entrar no mundo do trabalho?

Encontraste barreiras ou apoios? Podias dar-me exemplos? (género, origem imigrante, idade, habilitações)

Quais são as tuas aspirações profissionais?

Quais consideras serem as tuas oportunidades no mercado de trabalho? (para alcançar as aspirações profissionais)

Práticas culturais e sociabilidades

O que costumavas fazer nos teus tempos livres?

Com quem costumavas sair? Quando se conheceram? (amigos, cônjuge, ...)

O que costumam fazer? Que interesses partilham? (música, livros, cinema, atividades artísticas ou associativas, outros)

Que música costumavas ouvir?

Consideras que esses interesses te representam? Sentes que eles refletem a forma como pensas sobre ti própria?

Existem tradições ou práticas que os teus pais mantenham em Portugal, do seu país de origem? Quais?

Consideras essas tradições importantes para ti? Porquê?

A religião está presente na tua família? (Se sim) E tu praticas essa religião? É importante para ti?

Existem festas, tradições ou rituais do país de origem dos teus pais que mantenham em Portugal?

Como são vividos esses momentos? Considera-los importantes?

Na tua perspectiva, o que é esperado de uma mulher e de um homem é diferente de acordo com o país em que se nasce ou a sua cultura? Sentes essa diferença?

Que língua costumam falar em casa? É a língua que costumam falar com os teus amigos?

É importante para ti, comunicar nessa língua?

Identidade pessoal

Se te pedisse para te descreveres, o que destacavas sobre ti?

Que componentes da tua vida pensas que mais contribuem/contribuíram para a forma como te vês?

Qual o papel da tua família na tua identidade? Dos teus amigos e amigas? Da tua área profissional/emprego?

De que forma ser mulher influencia a tua identidade?

Sempre te viste da mesma maneira? O que contribuiu para essas mudanças?

Quando pensas num território, onde sentes que pertences mais? O que contribui para que te sintas dessa forma?

Que ligação tens com Lisboa?

No atual contexto social e político, identificas algum evento/situação que influencie a tua identidade?

Identidade social

Como achas que as outras pessoas te veem? Como achas que te definiriam?

Pensas que seres mulher influencia essa definição? E o facto de os teus pais serem imigrantes?

Sentes que essa definição corresponde ao que tu és?

Pensas que a forma que as pessoas te veem, te ajuda ou dificulta o teu percurso?

Anexo B – Caracterização social do painel de entrevistadas

Nome	Idade	Ascendência	País em que nasceu	Com que idade veio para Portugal	Escolaridade	Freguesia de Residência	Profissão/Área profissional
Liliana	29	São Tomé e Príncipe	Portugal	n/a	Curso Profissional de Auxiliar de Ação Educativa - 12º ano	Vale da Amoreira	Auxiliar de ação educativa
Elisa	21	Cabo Verde	Cabo Verde	8 anos	A frequentar o 2º ano da Licenciatura em Fotografia e Cultura Visual	Vale da Amoreira	Estudante
Nádia	24	Guiné-Bissau	Guiné-Bissau	10 anos	Curso profissional de Cozinha - 12º ano	Vale da Amoreira	Cozinheira
Mónica	32	Cabo Verde	Portugal	n/a	A frequentar formação profissional de Auxiliar de Ação Educativa (equivalência ao 12º ano)	Lisboa	Auxiliar de ação educativa/ estudante
Raquel	26	Angola	Angola	1 ano e meio	Licenciatura em Estudos Africanos e Pós-graduação em Estudos de Desenvolvimento	Barreiro	Técnica de apoio ao imigrante
Andreia	26	Guiné-Bissau	Portugal	n/a	Licenciatura em Tradução	Torres Vedras	Analista de conteúdo digital
Eliana	27	Angola	Angola	9 anos	Licenciatura em Comunicação e Cultura e Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação	Lisboa	Investigadora em ciência sociais
Rita	27	São Tomé e Príncipe	Portugal	n/a	Licenciatura em Estudos Africanos	Amora	Empregada de limpeza
Neuza	35	Cabo Verde	Portugal	n/a	12º ano	Cacém	Apoio ao estudo
Anabela	26	Angola	Portugal	n/a	Licenciatura em Estudos Europeus e está a concluir o Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais	Lisboa	Apoio ao cliente/estudante
Diana	24	Angola e São Tomé e Príncipe	Angola	3 anos	Licenciatura em Antropologia	Castanheira do Ribatejo	Antropóloga (desempregada)

Olga	30	Guiné-Bissau e Cabo Verde	Portugal	n/a	Licenciatura em Comunicação (vertente Jornalismo) e Mestrado em Relações Internacionais	Lisboa	Departamento de marketing de uma consultora
Iris	26	Guiné-Bissau	Portugal	n/a	Licenciatura em Estudos Africanos e está a concluir o Mestrado em Antropologia	Lisboa	Técnica superior no Ministério Negócios Estrangeiros

Legenda:

n/a – não se aplica